



# OFICINA DO CES

**ces**

Centro de Estudos Sociais  
Laboratório Associado  
Faculdade de Economia  
Universidade de Coimbra

**MARIA ALICE NUNES COSTA**

**OS PADRÕES DA AÇÃO COLETIVA DE RESPONSABILIDADE  
E SOLIDARIEDADE SOCIAL DO EMPRESARIADO  
PORTUGUÊS: UMA INTERFACE COM O BRASIL**

**Março de 2008  
Oficina nº 300**

**Maria Alice Nunes Costa**

**Os padrões da ação coletiva de responsabilidade e solidariedade social  
do empresariado português: uma interface com o Brasil**

**Oficina do CES n.º 300  
Março de 2008**

**OFICINA DO CES**  
Publicação seriada do  
**Centro de Estudos Sociais**  
Praça D. Dinis  
Colégio de S. Jerónimo, Coimbra

**Correspondência:**  
Apartado 3087  
3001-401 COIMBRA

## **Os padrões da ação coletiva de responsabilidade e solidariedade social do empresariado português: uma interface com o Brasil**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da primeira exploração analítica do estudo comparativo entre Brasil e Portugal sobre a atuação empresarial baseada na solidariedade social, através da estratégia corporativa denominada por *responsabilidade social empresarial*. O intuito desta pesquisa é focar em ações sociais desenvolvidas por empresas e/ou instituições empresariais portuguesas para com comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica e, que estão social e ambientalmente impactadas pela ação das atividades econômicas dessas empresas.

### **Introdução**

Este artigo tem por objetivo apresentar o resultado da primeira exploração analítica para o estudo comparativo, em curso, sobre a atuação de cunho social do empresariado brasileiro e português. As práticas baseadas no discurso da responsabilidade e solidariedade social tiveram uma expansão notável a partir dos anos 1990, através da estratégia corporativa denominada *responsabilidade social empresarial (RSE)*.<sup>1</sup>

Esta pesquisa comparativa é o desdobramento de duas outras pesquisas realizadas por mim sobre a atual realidade brasileira, no que diz respeito à interação entre ações sociais empresariais e o reajustamento do Estado em relação à governação na produção de políticas sociais.<sup>2</sup>

---

\* A autora é socióloga e cientista política brasileira, doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e, investigadora de Pós-Doutoramento do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Esta pesquisa está sendo desenvolvida, desde o segundo semestre de 2007, através do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no âmbito do Pós-Doutorado, sob a coordenação do Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos.

<sup>2</sup> A primeira pesquisa consiste na dissertação de Mestrado defendida em fevereiro de 2002, intitulada “Samba e Solidariedade – capital social e parcerias coordenando políticas sociais na Favela da Mangueira, RJ”, desenvolvida na Universidade Federal Fluminense, com o apoio da CAPES. A segunda refere-se à Tese de Doutorado, intitulada “Mudanças Empresariais no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado na saúde é uma nova forma de solidariedade?”, defendida em março de 2006, e desenvolvida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), com o apoio da CAPES para o Estágio de Doutorado na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, supervisionado pelo Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos, no período de 2004-2005.

Observei que ações sociais realizadas pelos empresários não são nenhuma novidade. Contudo, hoje, o tema está em grande expansão, adquiriu termo próprio (*corporate social responsibility/CSR*) e, internacionalmente, as regras e diretrizes da RSE estão sendo repensadas por empresas e organizações sociais para a elaboração da ISO 26000.<sup>3</sup>

Ações coletivas visando à caridade, envolvendo o Estado e o empresariado já apareciam no século XVIII e XIX, na busca de desarmar potenciais antagonismos decorrentes da pobreza. A intervenção social empresarial, nesta época, expressava-se através da caridade pontual de beneméritos como forma de governar a miséria.

Como observou Bronislaw Geremek (1986), tanto o discurso filantrópico, presente desde o século XIX na Europa, quanto o da Igreja Católica encaravam o problema da pobreza como algo degradante, o que levou a atitudes de piedade e caridade. Neste período, a filantropia fundamentava-se na beneficência individual e na idéia de que a ajuda aos pobres deveria vir da iniciativa particular, inspirada por motivações mais elevadas do que as que movem a assistência estatal. Conforme o autor, tratava-se da *laicização do mandamento do amor ao próximo*. E acrescenta: “a atividade filantrópica, traduzindo o desejo humanitário de socorrer outrem, permite que o benfeitor mostre a sua riqueza e afirme publicamente o seu prestígio social” (Geremek, 1986: 16).

A responsabilidade social empresarial, hoje, tenta ampliar-se em relação à filantropia na medida em que mostra que deve ser uma estratégia de negócio, com gerenciamento operacional, planejamento definido e com departamentos específicos dentro da empresa para desenvolver os projetos, implementá-los e controlar os resultados. É o que os norte-americanos já batizaram de *strategic giving*, ou doação estratégica.

Voltada ao *público interno* de uma empresa, a responsabilidade social empresarial pressupõe um modelo de gestão participativa e de reconhecimento dos empregados, no intuito de motivá-los a um desempenho ótimo que aumente a produtividade corporativa. Envolve, por exemplo, projetos de qualidade de vida; a busca de condições favoráveis no ambiente de trabalho; o fornecimento de cesta básica de alimentos; a criação de condições de segurança; planos de saúde; plano de cargos e salários; qualificação profissional, etc. Além disso, a responsabilidade social das empresas tem aparecido através de programas de

---

<sup>3</sup> Representantes de mais de 70 países participam do processo de construção da ISO 26000, com publicação prevista para 2009. O diferencial dessa ISO (International Organization for Standardization), comparando com as normas das séries 9000 e 14000, é que esta não será certificável, ou seja, ela servirá apenas como um guia de diretrizes e não para conseguir selos e certificados de responsabilidade sócio-ambiental pelas organizações. É uma ISO da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

voluntariado, nos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros (*stakeholders*).

A responsabilidade social empresarial *externa* às empresas destina-se a programas ambientais de desenvolvimento sustentável e de projetos comunitários desenvolvidos pelas empresas através de parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades de baixa renda. Esta última modalidade se desenvolve nos anos 90 e adquire o termo de *investimento social privado* no Brasil e, em Portugal, o de *Mecenato*, de acordo com a Lei do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março de 1999), que *incentiva* essas práticas sociais empresariais.

As empresas – por mais paradoxal que pareça ser diante do fortalecimento do mercado – passaram a ter que enfrentar desafios éticos no que respeita à dimensão econômica, ambiental e social dos negócios. Necessitam, assim, de se articular com governos e com comunidades através do discurso normativo da responsabilidade social empresarial, como matriz orientadora estratégica para se manterem num mercado altamente competitivo e com uma regulação social estatal em processo de mudanças.

Contudo, nem todas as empresas adotam a proposta da responsabilidade social empresarial seja no discurso e/ou na prática. A opção, muitas vezes, refere-se ao porte da empresa, na medida em que as grandes são as que demonstram capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações no campo gerencial.

Como afirma Comte-Sponville (2005), a moral tem-se tornado desde os anos 80 um tema da moda. Este fato não significa necessariamente que as pessoas e as empresas se tenham tornado mais virtuosas, mas esse retorno da moral na primeira linha dos discursos e das preocupações já é um fenômeno que merece ser levado em conta.

## **1. Pressupostos teóricos**

A abordagem teórica que norteia este trabalho refere-se às mudanças na regulação social entre Estado-Providência e Sociedade-Providência, do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Para o autor, países que não adquiriram a plenitude do termo do que seja Estado-Providência – como Portugal e Brasil – desenvolveram e fortaleceram outras formas de solidariedade para compensar a deficiência do Estado em promover o bem-estar social. Esta solidariedade baseada na ajuda mútua concreta é gerada na comunidade, a partir dos vínculos de afetividade dos laços de proximidade comunal.

São relações e práticas sociais que, por via de trocas não-mercantis de bens e serviços, asseguraram o bem-estar e a proteção social que, em sociedades mais desenvolvidas na Europa, foram asseguradas pelo Estado-Providência. Esta solidariedade vinda da família, dos vizinhos, da caridade da Igreja Católica, dos laços de proximidade, de comunidades afetadas pela falta da providência estatal é definida por B. de S. Santos como *sociedade-providência*, que significa:

redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreato baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade semelhante à da relação de dom estudada por Marcel Mauss. (Santos, 1999: 46)

Santos (1995) tem observado que a *sociedade-providência* se desenvolve mais em países onde o Estado-Providência nunca atingiu seu pleno desenvolvimento. É da ausência do Estado-Providência que a sociedade-providência se alimenta. Para o autor, o *déficit* do Estado-Providência não gera turbulências de ruptura social e política, exatamente pelo fato de que esta *sociedade* compensa com outros modos de produção de providência. Contudo, ela é apenas um arranjo provisório e compensatório, que não detém a idéia da garantia efetiva dos direitos (Santos, 1993: 48-49) .

A institucionalização da solidariedade via segurança social estatal, nos países pobres, nunca atingiu seu ápice. Como afirma o cientista político Wanderley G. dos Santos, no Brasil, pelo fato do Estado-Providência ser limitado e excludente criou-se um estado de natureza em sentido hobbesiano, em que cada qual administra seus problemas por conta própria (W. G. Santos, 1993). Contudo, B. S. Santos (1995) afirma que esta solidariedade comunitária tem-se tornado mais formal e abstrata, ultrapassando a esfera doméstica e se institucionalizando, como por exemplo através da expansão das organizações não-governamentais ou instituições de solidariedade social.

As propostas de reformulação do papel do Estado através de parceria com outros setores da sociedade vêm recorrendo, nos anos 90, à concepção de governança (*governance*). O termo pretende ampliar o conceito estritamente econômico de gestão pública, para alcançar uma visão mais abrangente que envolva, interdisciplinarmente, as dimensões econômica, política e social, no sentido de aumentar a capacidade do governo, através da co-responsabilidade individual. Para B. S. Santos (2005), esta *governance*<sup>4</sup> é resultado de

---

<sup>4</sup> No Brasil, o termo *governance* foi traduzido por *governança* e, em Portugal por *governação*. O termo *governance* foi introduzido no debate político internacional a partir do Banco Mundial, que o define como “o modo como o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país com vista ao

várias perspectivas quanto à crise do Estado. A compreensão da crise da legitimidade, nos anos 70, pautava-se pela idéia de que a crise era derivada do descontentamento dos grupos excluídos e, portanto, a solução era transformar o Estado e aumentar a participação popular. Nos anos 80, a crise da legitimidade foi convertida em crise da governabilidade, na medida em que o Estado aparece como sobrecarregado de demandas sociais. Esta visão liberal da crise da democracia gerou o receituário neoliberal, já demasiadamente conhecido: privatização, liberalização e transformação dos serviços/bens públicos em mercadorias.

Para Manuel Castells (2001: 150), a crescente falta de operacionalidade do Estado para resolver os problemas no contexto da globalização (fluxos globais de capital, de comércio, de gestão, de informação, da rede complexa do crime organizado, problemas ambientais, da insegurança cidadã) criou uma crise de confiança e legitimidade em boa parte da população em quase todos os países. A partir da crise da legitimidade do Estado e de suas instituições, surge uma nova forma de Estado que Castells denomina de Estado-rede. Esta fórmula é o sucedâneo do Estado nacional em crise com problemas de administração pública e gestão política. Para que o Estado resgate sua legitimidade, ele precisa então adaptar sua forma de regulação, pois – como afirma Castells – “a pior forma de descontrole é manter vigente o que não se pode aplicar” (2001: 156).

Ao constatar que, na contemporaneidade, nem o mercado, nem o Estado, nem a comunidade têm sido capazes de garantir a regulação social em situação de tamanha volatilidade, Santos (1999) acredita que estamos num impasse ético: a “microética liberal” não foi ainda substituída por uma “macroética” capaz de conceber a responsabilidade da humanidade pelas conseqüências das ações coletivas ao nível da escala planetária. Se há a percepção de que não há saída para a situação social, há pelo menos a possibilidade realista de imaginar uma situação radicalmente nova. Ou seja, uma nova idéia de solidariedade, simultaneamente concreta e planetária (Santos, 1999: 93).

Nesse processo contemporâneo de mudanças na forma de atuar a solidariedade do Estado-providência e da sociedade-providência, encontramos empresários interessados em promover ações de cunho social em comunidades, sob o manto da Responsabilidade Social das Empresas (RSE). Nesse sentido, o conceito de empresa deve ser revisto. Mesmo

---

desenvolvimento”. A noção de boa governança (*good governance*), do Banco Mundial, vem intrinsecamente associada à capacidade governativa e passa a ser requisito indispensável para um desenvolvimento sustentável, incorporando ao crescimento econômico, a equidade social e os direitos humanos (World Bank, 1992: 1-3; tradução livre da autora). Para Boaventura de Sousa Santos (2005), esta *governance* é um modo de regulação pós-estatal, inserida na matriz neoliberal da globalização hegemônica, que ele denomina de “matriz de governação neoliberal”. Este texto citado de Santos foi originalmente escrito em inglês com o termo *governance*; contudo, em outros trabalhos em português, o autor utiliza o termo *governação*.

pertencendo ao espaço da produção e representando interesses do mercado, a empresa *não* é mercado (Hodgson,1994; Bernoux,1995; Kirschner,1998). É uma instituição social que gera valores e regras numa dinâmica interconectada com a realidade social de comunidades, principalmente ao seu entorno, através de um modelo de racionalidade fora do mercado, em que o importante não é o jogo dos atores sociais, mas sim a ligação entre eles. Portanto, este trabalho entende a empresa como uma micro-comunidade, na medida em que faz parte de uma rede de laços contratuais criada por ela mesma. Isto não quer dizer que as empresas capitalistas sejam instituições de beneficência e filantropia. Hodgson (1994: 212) afirma é que alguns elementos extracontratuais, como a lealdade e a confiança (mesmo que pequena), são essenciais ao funcionamento da empresa, pois propiciam estabilidade interna para conviver em ambiente de incerteza e riscos inquantificáveis.

Desta forma, a expansão no discurso e na prática da responsabilidade social empresarial para com comunidades desfavorecidas é um outro pólo da transcodificação da sociedade-providência. Este pólo faz parte das mudanças empreendidas pelo empresariado na forma dele atuar frente aos problemas sociais. A fábrica deixou de ser o catalizador das revoltas urbanas. Até os anos 70, a maioria das práticas sociais empresariais ou estavam ligadas a motivações religiosas ou circunscritas no espaço das relações entre capital e trabalho, a partir da idéia de que ações sociais direcionadas aos operários poderiam gerar relações de fidelidade entre patrão e empregado e harmonia nessas relações sociais conflituosas e inerentemente contraditórias.

Não podemos negar o término dessas motivações. Contudo, hoje, são as condições de vida urbanas (desemprego, pobreza, desigualdade social, inacessibilidade dos equipamentos sociais e a violência), e não mais as *condições* de trabalho, que se tornaram uma das principais arenas de expansão ou contração da cidadania. Desta forma, quando as empresas atuam socialmente, ampliam o foco para comunidades, em especial aquelas ao entorno de sua atividade econômica. Enquanto, no passado, o discurso das empresas incorporava valores de obediência, ordem e disciplina no interior da fábrica, hoje, algumas empresas passaram a valorizar o *discurso* da idéia de responsabilidade para com os trabalhadores, suas famílias e a sociedade.

Portanto, o que interessa nesta pesquisa é analisar comparativamente o modelo de responsabilidade social empresarial implantado e desenvolvido face às questões sociais em pauta, *vis à vis* ao atual modelo de governação do Estado, em Portugal e no Brasil.

## **2. A trajetória da responsabilidade social empresarial no Brasil e em Portugal**

### **2.1. Brasil**

No Brasil, a provisão de bens coletivos esteve associada há aproximadamente quatro séculos à caridade realizada pela Igreja Católica e à filantropia empresarial marcadamente no processo da industrialização.

A institucionalização da caridade da Igreja Católica remonta à chegada da Irmandade da Misericórdia e à instalação das primeiras Santas Casas de Misericórdia que, desde a metade do século XVI, mantêm hospitais para a população. Foram criadas com preocupações caritativas e beneficentes e voltadas especialmente aos órfãos, idosos ou inválidos (Mestriner, 2001). Mesmo com a instauração da República (1889), o Estado brasileiro deu continuidade às políticas sociais implantadas pela Igreja Católica, através do financiamento por intermédio de repasse de recursos, subsídios, subvenções e isenções de impostos a instituições conotadas com filantropia.<sup>5</sup> Mestriner (2001) mostra a história da filantropia no Brasil, que vai da caritativa (até 1889), à higiênica (1889 a 1930), à disciplinadora (1930 a 1945), à pedagógica profissionalizante (1946 a 1964) e à clientela vigiada (1964 a 1988).

Desta forma, o Estado foi construindo em parceria com a Igreja Católica e alguns empresários beneméritos uma estratégia de intervenção, de controle da pobreza, com o propósito de transformar indigentes, abandonados, inválidos, doentes e delinquentes na categoria de “assistidos sociais”. Para tanto, foram-se erguendo instituições próprias, de promoção, educação e reabilitação com lógicas científicas, técnicas, administrativas, filosóficas e jurídicas, que até hoje vigoram. Para Mestriner,

a assistência social, embora tenha ingressado na agenda do Estado – desde o âmbito municipal até o federal –, sempre o fez de forma dúbia, isto é, mais reconhecendo o conjunto das iniciativas organizadas da sociedade civil no denominado campo dos ‘sem fim lucrativos’ do que propriamente reconhecendo como de responsabilidade pública e estatal as necessidades da população atendida por tais iniciativas. (2001:17)

Também observamos uma atuação social de alguns empresários nos anos 80 do século XIX, a partir da construção de vilas operárias. Essas vilas operárias eram construídas para os trabalhadores das indústrias com capital privado. A origem das vilas operárias tem relação com inspeções sanitárias impostas às classes operárias durante a epidemia da febre amarela. Embora a motivação refira-se aos fortes interesses capitalistas, sendo muito diferente no que

---

<sup>5</sup> Até hoje, no Brasil, as Casas de Misericórdia são consideradas instituições filantrópicas, complementares à rede pública (Sistema Único de Saúde /SUS), recebendo, assim, subsídios do orçamento do Ministério da Saúde.

tange ao planejamento específico para a proteção de bem-estar moral e físico dos trabalhadores, as vilas operárias incorporam o valor do isolamento dos trabalhadores qualificados e semi-qualificados, tendo em vista um ambiente urbano crescentemente caótico. Além de expressar um modelo industrial paternalista, buscava criar um ambiente de trabalho controlado, livre da “desordem” causada pelo que muitos empresários acreditavam ser “as deficiências morais” das classes trabalhadoras da cidade (Carvalho, 1986: 156-161).

O paternalismo também é visto na forma de desenvolvimento das vilas operárias da indústria têxtil no Nordeste do Brasil. A distribuição de privilégios de moradia nessas vilas expressa a arbitrariedade dos patrões nesta concessão. Essas habitações construídas pelos empresários transformaram-se no local onde se processava a reprodução do trabalho, dos princípios e códigos fabris. Desta forma, os trabalhadores assumiam na administração de suas vidas a racionalidade do capital, constituindo uma moral do trabalho. As vilas operárias sugerem um apelo para a atração dos trabalhadores rurais para a fábrica, através do aliciamento, além de significar a criação de um mercado de trabalho cativo e fechado, através de sucessivas gerações nascidas e criadas nas vilas operárias, sob o regime e temporalidade da expansão capitalista (Lopes, 1988).

A partir da década de 30 e 40 do século XX, observamos uma nova articulação entre o empresariado e o governo no Brasil no âmbito social, para atender aos propósitos comuns de modernização e industrialização da economia e de estabilidade social, ambos permeados pelos ideais de nacionalismo e racionalização do capitalismo. O processo de industrialização no Brasil teve seu grande arranque dos anos 1930 aos 1970 e foi marcado por um Estado autoritário e/ou populista como o grande promotor do desenvolvimento, ao lado de empresas nacionais e empréstimos internacionais.

Em conformação com o desenvolvimento capitalista tardio no Brasil, as políticas sociais surgiram como resposta ao processo de industrialização e urbanização e à expansão do trabalho assalariado. As diferenciações institucionais encontradas quanto à promoção dessas políticas sociais referem-se ao resultado da correlação de forças entre trabalhadores, o empresariado e o Estado. Esses fatores associados é que configuram o desenho e as escolhas das políticas sociais no Brasil. Nossos direitos sociais, na maioria das vezes, foram regulamentados por governos ditatoriais, no mesmo momento em que os direitos políticos eram suprimidos, o Legislativo era fechado ou funcionava à mercê do Poder Executivo.

A política social do Estado brasileiro tem sido analisada com ênfase no caráter arbitrário e discricionário das subvenções governamentais, caracterizadas pelo assistencialismo e pela ausência de instrumentos de controle pela sociedade. Ela se desenvolveu tradicionalmente a

partir de uma rede burocrática e clientelista, em que a promoção dos serviços sociais era realizada em meio de troca de apoio político, o que estimulava a cooptação, a manipulação, a corrupção e a redistribuição seletiva e discricionária da renda. Nossos bens públicos muitas vezes foram tratados como mercadorias e não como bens coletivos e universais, disponíveis a todos.

O governo Vargas (1930-1945), que com a Revolução de 1930 solapou parte do poder da oligarquia cafeeira, implantou, em 1937, um governo ditatorial denominado de Estado Novo (1937-1945). Este governo teve o apoio do empresariado industrial emergente, na medida em que Vargas controlava os sindicatos e domesticava, assim, os conflitos operários. Neste período, observamos um complexo tecido social no campo da cidadania, que colocava os cidadãos em posição de dependência perante seus líderes, aos quais votavam lealdade pessoal pelos benefícios que eles de fato ou supostamente lhes tinham distribuído.

Para W.G. dos Santos (1994), a elite revolucionária de 1930 foi quem marcou a etapa da política social brasileira através da criação de uma “cidadania regulada” e urbana, de um sistema de estratificação ocupacional, como explica adiante:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores positivos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. (W.G. Santos, 1994: 89)

Segundo o autor, os claros limites do modelo brasileiro de “cidadania regulada” pressupõem a construção de um Estado voltado para o desenvolvimento da força de trabalho. É através do sistema corporativo que o Estado administrava a estrutura do conflito social, seja atuando sobre o sindicato ou na legislação social (Santos, 1994: 71). E neste mesmo período, também se formalizam legalmente as confederações, federações e sindicatos patronais sob o aparato corporativo estatal. Mesmo excluindo os trabalhadores rurais e os domésticos, só incorporados ao sistema trabalhista em 1977, cabia ao Estado garantir a harmonia, exercendo o papel de árbitro entre capital e trabalho.

Na década de 1940 foram criadas instituições do chamado *Sistema S* (SENAI, SENAC, SESC; SESI<sup>6</sup>). Essas organizações foram criadas sob a inspiração da “paz social” e harmonia entre trabalhadores e patrões. Em 1945, os empresários brasileiros aceitaram aumentar suas contribuições ao Estado, com o intuito de ampliar sua ação social. A Carta Econômica de Teresópolis e a Carta da Paz Social são exemplos claros deste projeto social. Divulgadas pela

---

<sup>6</sup> SENAI (Serviço Nacional da Indústria); SENAC (Serviço Nacional do Comércio); SESC (Serviço Social do Comércio); SESI (Serviço Social da Indústria).

Confederação Nacional da Indústria e do Comércio, afirmavam a idéia de harmonia e cooperação entre capital e trabalho e, com isso, mostravam sua disposição em assumir uma posição hegemônica na sociedade brasileira, ao mesmo tempo que temiam a influência dos comunistas sobre os trabalhadores industriais em face da insatisfação operária com as condições de trabalho e com os salários recebidos (Delgado, 1999: 121).

O cenário que origina este consenso é o do encerramento da II Guerra Mundial e do conseqüente enfraquecimento do poder autoritário do Governo Vargas. Conforme afirma Delgado, este foi o “momento crucial para a definição do papel que deveriam desempenhar ‘as classes produtoras’ na nova ordem que se anunciava” (*ibid.*).

Com a reorganização da vida político-partidária no final do Estado Novo e a legalização do Partido Comunista em 1945, a burguesia industrial no Rio de Janeiro e em São Paulo organizou frentes de luta anticomunista, paralelamente ao desenvolvimento de um discurso que enfatizava a “paz social”. Leopoldi (1984) cita como exemplo o Serviço Social da Indústria (SESI): ao lado da assistência social prestada aos trabalhadores e suas famílias, o SESI teve a finalidade de desenvolver um trabalho de propaganda de valores “democráticos” e cristãos, temas em voga no período do pós-guerra, através do chamado “educadores sociais”. Eles realizavam um trabalho de doutrinação dos operários nos ambulatórios médicos do SESI, localizados em área operária, onde as bases do Partido Comunista eram significativas.

Portanto, o *Sistema S* nasce da trajetória do capitalismo industrial pela via da industrialização por substituição de importação, corroborado pelo padrão institucional do corporativismo estatal que definia os sindicatos patronais e trabalhistas como organizações de direito privado, mas subordinado a um Estado centralizador. Deve-se ressaltar que este corporativismo viabilizou a participação das elites industriais nas estruturas decisórias, mas excluiu os trabalhadores como parceiros dos acordos corporativos em torno das políticas econômicas e sociais mais relevantes. Sua participação ficou restrita, e sob o controle do Ministério do Trabalho, às políticas trabalhistas e previdenciária.

Todas as organizações do chamado *Sistema S* tiveram continuidade até os dias de hoje, a despeito das mudanças no regime político. Nos anos 1990, foram criadas novas organizações que passaram a agregar este “sistema”: o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas), o SEST (Serviço Social de Transporte), o SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte) e o SENAR (Serviço de Aprendizagem Rural).

Em síntese, a responsabilidade social dos empresários avança no Brasil a partir da construção de vilas operárias, da criação de organizações para o bem-estar dos trabalhadores

e seus familiares e está circunscrita no espaço do processo de industrialização do país, em que a mão-de-obra deveria estar vinculada ao espaço territorial da organização do trabalho, através da lealdade ao patrão e da pretensa “harmonia” entre capital e trabalho, frente ao combate da ideologia comunista.

O novo regime democrático populista (1945-1964) deu força à estrutura corporativista construída nos anos 30, dentro de um modelo de intermediação de interesses centralizado na ação concertada do Estado, no pós-guerra, e de uma burocracia que envolvia a burguesia industrial e as camadas urbanas. Grande parte dos trabalhadores era migrada das zonas rurais, desligada de seus elos familiares e, portanto, mais suscetível aos apelos populistas.

O período de 1945-64 apresentou um maior nível de participação nas decisões políticas em relação às décadas anteriores; contudo, o crescimento da burocracia estatal esteve sempre vinculado a diversas agências-chave. Estas agências se isolaram das pressões políticas, pelo princípio do chamado “insulamento burocrático,” que foi de fundamental importância para a implementação de seu projeto desenvolvimentista e de seu sistema de proteção social. A concentração das decisões em algumas poucas agências estratégicas e independentes do controle legislativo reforçou a gestão tecnocrática e a relação corporativista entre o Estado e o empresariado (Leopoldi, 1992: 79).

Desde a Era Vargas, o insulamento burocrático permitiu a existência de "anéis burocráticos" (Cardoso, 1975), tipicamente baseados em trocas personalistas. Esses anéis burocráticos constituíam ligações de negociações entre o Estado e os interesses das elites empresariais, mas sob a singular forma de não se caracterizarem como grupos de pressão genuínos e autônomos, e sim fazendo parte do próprio aparato estatal, normalmente sob a liderança de um funcionário do Estado. Nesse contexto, a relação estabelecida entre o Estado e o empresariado desenvolvia-se através de múltiplos canais de acesso às diferentes instâncias de regulação econômica. Esses canais incluíam contatos institucionais estabelecidos através das organizações corporativas de empresários (como as Federações de Indústria e Comércio), formando alianças que se estabeleciam entre representantes do setor privado e os burocratas responsáveis pelas agências setoriais do Estado.

No bojo dos anos 1960, uma emergente mobilização social e contestatória gerou uma reação defensiva dos militares, que levou à imposição de mais um regime ditatorial, em que os direitos civis e políticos foram restringidos pela violência. O golpe militar de 1964 se sustentou a partir de uma coalização tecnocrática-militar, vinculada a alguns integrantes da elite empresarial que apoiaram o golpe. Essa aliança buscou desde o início implementar um projeto de reestruturação política e econômica comprometido de forma clara com os interesses

privados da economia, reorientando o padrão de desenvolvimento capitalista até então vigente. O regime militar não excluiu a influência dos grupos econômicos privados, apenas redefiniu os canais de intermediação de interesses entre o Estado e as elites econômicas.

A consolidação de uma elite tecnocrática civil e militar constituída durante o regime militar assumiu papel de grande relevância que, eliminando a competição eleitoral e a participação política das camadas populares, pôde aprofundar o processo de substituição de importações. Esta elite, associada com o capital estrangeiro e o grande capital nacional, preocupou-se também em promover a industrialização avançada, tentando inserir o país em outro patamar de desenvolvimento econômico.

A sociedade brasileira alcançou nos anos 1960-1970 os mais altos índices de crescimento econômico e industrial de sua história, e estava dirigido por uma política industrial de governos militares fortemente nacionalistas. Ao lado deste crescimento, observamos a queda vertiginosa de sua distribuição de renda. Segundo dados reunidos por Sônia Draibe, a distribuição de renda no Brasil, entre 1960 e 1983, apontou para um percentual que diminuiu respectivamente de 15,8% para 9,9% entre os 40% mais pobres. Ao mesmo tempo, aumentou a concentração de renda na faixa dos 10% mais ricos, que saltou de 34,6% para 46,2% (Draibe, 1994).

Segundo a autora, as explicações para esse padrão durante o governo militar se devem à permanente subordinação da política social à política econômica. Essa subordinação apareceu sob três dimensões inter-relacionadas: em primeiro lugar, em razão do programa de estabilização ortodoxa e de ajuste fiscal implementado pela equipe econômica; em segundo lugar, através da forma de financiamento das políticas sociais, via constituição de fundos sociais, um mecanismo compulsório de formação de poupança interna que objetivava principalmente a dinamização da economia como um todo e não somente dos programas sociais; em terceiro lugar, pelo fato desses mesmos mecanismos de financiamento tomarem com base tributária os salários dos próprios trabalhadores, determinando uma distribuição primária da renda (Draibe, 1994: 300-302).

Os efeitos do crescimento econômico do país nos anos de 1950 a 1970 não se converteram em melhorias sociais; ao contrário, o país apresentou mais desigualdade, mais pobreza, mais desequilíbrio social. Em 1981, cerca de 19% da população brasileira (22 milhões de habitantes) viviam em famílias com renda inferior à linha da indigência e 43% (50 milhões) em famílias com renda inferior à linha da pobreza.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2002.

Depois da primeira alta do petróleo (1973), a economia brasileira continuou crescendo, enquanto que, nos países centrais, desacelerava para absorver o impacto dos preços mais elevados da energia. O modelo desenvolvimentista não previra os demais choques (1975 e 1979), tanto que, para investir na industrialização o Brasil, recorreu a mais empréstimos que, obviamente, fizeram crescer a dívida externa.

A crise do petróleo se traduziu no Brasil pela violenta alta de juros e perda de competitividade da indústria. O setor industrial foi severamente afetado, devido à diminuição da produção, e a pobreza e o desemprego aumentaram profundamente, ao lado da precarização das condições de trabalho.

O aumento do petróleo desequilibrou a balança comercial, os juros faziam a dívida externa disparar e a recessão mundial provocara queda dos preços das matérias primas brasileiras, ou seja, o chamado “milagre econômico” do governo chegava ao fim e o país foi rapidamente caminhando para a recessão, demonstrando a fragilidade do modelo econômico dos militares.

As altas taxas de inflação levaram os empresários brasileiros a privilegiar o investimento financeiro ao produtivo. Conseqüentemente, houve nos anos 80, período de crise econômica e de aguda desaceleração industrial, pouco interesse em relação à adoção de inovações tecnológicas, na medida em que estas exigiam grandes investimentos, ao contrário da aplicação do capital no mercado financeiro, que gerava lucros exorbitantes. Nesse momento, alguns setores mais dinâmicos do empresariado buscaram alternativas para elevar a produtividade. Não só houve demissões maciças de trabalhadores, mas também buscaram novas formas de reorganização da produção e da flexibilização do trabalho.

Os trabalhadores vitimados por uma inflação exorbitante eram cada vez mais excluídos da riqueza nacional. A elevação das taxas inflacionárias serviu de combustível para uma onda de greves para reivindicar a reposição do poder aquisitivo dos salários. O regime militar não possuía nem recursos nem projetos para a crise econômica. A inflação se mostrava particularmente descontrolada,<sup>8</sup> enquanto manifestações de massa ocupavam as ruas, o que contribuiu para o fim do governo militar e a emergência do processo de redemocratização do país.

A crise econômica do Estado acabou impactando sobre a credibilidade pública do Estado, enfraquecendo a percepção de sua finalidade e legitimidade diante da ineficiente administração dos problemas sociais no Brasil. Em contrapartida, a sociedade civil passou a não mais esperar do Estado a resposta única para a garantia de melhores condições de vida e

---

<sup>8</sup> No ano de 1975, tivemos uma inflação de 29,35%; em 1979, 77,21%; em 1980, 110,21%; em 1984, 223,90%; e em 1985, 237,72%. Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

bem-estar para o conjunto da sociedade. Neste novo contexto, a sociedade passa a ter um papel de participação fundamental na reorganização da assistência como fiscalizadora e co-responsável pela formulação de políticas.

Na segunda metade dos anos 80, ocorreu um pequeno reaquecimento na economia, caracterizado por uma difusão significativa de equipamentos de base microeletrônica. A modernização nas empresas foi impulsionada pela abertura ao capital estrangeiro de setores industriais, comerciais e financeiros, que provocou uma rápida internacionalização da economia brasileira.

No final dos anos 80, as empresas passam a reavaliar seu papel e seus mecanismos de inserção política e econômica, bem como sua intervenção como agente social no novo cenário brasileiro. As mudanças no sistema internacional redefiniram a agenda governamental nos anos 1990 e forçaram o empresariado brasileiro a se adaptar a um novo papel político e social no contexto de redemocratização.

Este período dá início o processo de abertura comercial aos produtos importados. A indústria nacional passa a enfrentar o desafio de se tornar competitiva a nível internacional ou desaparecer. Com o retorno da democracia no Brasil, formas autoritárias vigentes no interior das empresas passaram a ser questionadas. Desta forma, empresários e gerentes passaram a se encontrar frente a um novo ambiente político e econômico, muito mais dinâmico e competitivo. Os padrões e praxes, assentados há quase meio século, passaram a ser alterados e emergiu uma nova relação entre empresas e sociedade.

No movimento de mudança na mentalidade empresarial brasileira, encontramos o PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresarias), criado em 1987, por jovens empresários paulistas. Em meio à reordenação ideológica empresarial, essa associação passou a propor iniciativas conectadas com a nova ordem política e econômica que envolvia a redemocratização e a abertura econômica. O PNBE passou a apresentar uma forte inclinação para a ação social e uma nova postura frente ao sistema político. Combateu a oligarquização e o imobilismo das entidades empresariais tradicionais.

O PNBE vinculou sua imagem como um movimento voltado para a luta pela democracia. Surgiu também como um movimento reativo ao fracasso de planos econômicos para conter a inflação, bem como uma reação ao silêncio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) frente às mudanças do Brasil, adotando, na sua ação, uma orientação social-democrata.

O comportamento proposto pelo PNBE baseou-se em negociações abertas com o Estado e trabalhadores, através de iniciativas concretas de “pacto social”. Nesse sentido,

rejeitou mudanças e reformas decididas tecnocraticamente pelo Estado, em prol de decisões realizadas em câmaras setoriais tripartites (empresas, governo, trabalhadores) (Gomes e Guimarães, 2000).

Nesse período, ocorreu uma aceleração dos programas de melhoria de produtividade e qualidade, visando reduzir custos das empresas locais. Em 1990 é lançado o PBQP (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade) como uma ação do governo federal para apoiar o esforço de modernização da indústria brasileira, através da promoção da qualidade e produtividade, com vista a aumentar a competitividade de bens e serviços produzidos no país.

Ao lado da reestruturação econômica, passamos a observar uma forte pressão externa para a redefinição da agenda pública, a partir dos seguintes temas: recuo do Estado, a privatização, a abertura econômica, a liberalização comercial, a integração na ordem mundial globalizada.

A propaganda neoliberal escolheria justamente os temas decisivos da área social como responsáveis pelo *déficit* público e pelo gasto social, atribuindo ao setor público a condição de fonte única de ineficiência. O neoliberalismo procederia como se o próprio Estado fosse gerador da crise econômica, em que deveria ser desmontado em benefício da restauração da plenitude do mercado.

A partir da segunda metade dos anos 1990, a execução da Reforma do Estado marcou o aprofundamento da ruptura com a antiga ordem e lançou as bases de um novo regime de incentivos e regulamentações. Progressivamente, o Estado aumentou sua autonomia em relação à sociedade e ao sistema representativo, ao mesmo tempo que se observava o estreitamento dos vínculos com a nova ordem internacional.

Para Diniz (2004) o impacto do avanço da globalização e da revolução tecnológica no Brasil, associada à redução do crescimento econômico, revelará, nos anos 90, um retraimento dos movimentos populares e o refluxo do movimento sindical surgidos nos anos 1970-1980. De acordo com a autora, “Efetivamente, a década neoliberal implicou o esvaziamento da capacidade de ação e mobilização dos trabalhadores organizados, como resultado do aumento do desemprego, da expansão da informalidade e da retração dos direitos sociais” (Diniz, 2004: 5).

Portanto, nos anos 1980 e com a nova Constituição brasileira (1988), a participação cidadã era o referencial para garantir o fortalecimento dos mecanismos democráticos do processo de redemocratização; e, nos anos 1990, com a Reforma do Estado, esta participação tinha como objetivo garantir a execução eficiente de programas governamentais de compensação social, propostos e financiados pelas agências multilaterais de desenvolvimento, face ao contexto de ajuste estrutural, liberalização da economia e privatização do patrimônio do Estado.

A mobilização social dos anos 1990 veio impulsionar uma capacidade artificial da sociedade se mobilizar em função de uma proposta de participação “domesticada” pelo Estado. A análise de Boaventura de Sousa Santos, a seguir, é pertinente para estes anos no Brasil:

É inegável que a ‘reemergência da sociedade civil’ tem um núcleo genuíno que se traduz na reafirmação dos valores do autogoverno, da expansão da subjetividade, do comunitarismo e da organização autônoma dos interesses e dos modos de vida. Mas esse núcleo tende a ser omitido no discurso dominante ou apenas subscrito na medida em que corresponde às exigências do novo autoritarismo. (1999: 124)

Desta forma, ao lado da abertura política e econômica no Brasil, os anos 1990 vão ser marcados por alguns fatores que favoreceram a expansão da estratégia empresarial denominada por responsabilidade social empresarial. A incorporação deste tema no Brasil foi notável e inédita, na medida em que emerge em um contexto de baixo crescimento econômico. Ao contrário, seria fácil imaginar ações sociais empresariais em cenário de crescimento expansivo. Contudo, esse movimento emerge no “calor” do processo de redemocratização no Brasil e da ideologia da co-responsabilidade e solidariedade individual; ou seja, surge a idéia empresarial de que “Fazer o bem compensa”.

No que diz respeito à atuação em parceria, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) criou, em 1995, o Conselho da Comunidade Solidária. Este órgão ligado à Presidência da República concentrou suas atividades na promoção de ações sociais com base no voluntariado empresarial; na realização de projetos de parceria entre Estado e sociedade; na revisão do marco legal que regula as relações entre Estado e sociedade; e no fortalecimento das instituições da sociedade civil organizada, em particular com fundações e associações empresariais. Desta forma, havia a expectativa de que o Estado poderia manter seu caráter social, assegurando-lhe eficiência, na medida em que induziria as entidades públicas não-estatais a competir entre si para prestar serviços à comunidade com financiamento parcial do Estado.

A Comunidade Solidária é exemplo de que, nos anos 90, a energia solidária mobilizada a partir dos anos 70 foi capturada pelo Estado como um novo modo de enfrentar a pobreza, buscando a participação da sociedade. A Comunidade Solidária existiu até o fim do governo FHC, com o seguinte objetivo:

Mobilizar os esforços disponíveis do governo e na sociedade para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população. Somando esforços, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir eficientemente no combate à pobreza. Por isso *a proposta da Comunidade Solidária baseia-se no princípio da parceria.* (Brasil. Presidência da República Federativa, 1996; grifo da autora).

De acordo com informações do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/IPEA, as 500 maiores empresas do Brasil aplicaram cerca de US\$500 milhões em projetos sociais no final dos anos 90.<sup>9</sup> A Pesquisa “Ação Social das Empresas”, realizada pelo IPEA em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e a Comunidade Solidária de 1998, em 2001, revelou que das cinco regiões pesquisadas pelo IPEA, a que mais possui empresas investindo em projetos sociais é a região mais industrializada do país, a Sudeste. Desta Região, 67% disseram realizar algum tipo de ação junto à comunidade, desde atividades eventuais até projetos de âmbito nacional – extensivos ou não aos empregados das empresas e seus familiares. Em seguida vem o Nordeste (55%), o Centro-Oeste (50%), o Norte (49%) e o Sul (46%).

A mesma pesquisa apontou para o fato de que cresce entre as empresas o entendimento de que uma política de desenvolvimento social exige a sua participação em atividades sociais, seja sob pequenas doações pontuais a pessoas ou instituições até grandes projetos mais estruturados.<sup>10</sup> Essa pesquisa do governo federal mostrou que o setor privado já podia ser considerado o grande interlocutor das políticas públicas do país no tocante às ações sociais. Portanto, este é o caminho percorrido pelos empresários rumo à responsabilidade social.

Em 1990, foi criada por alguns membros do PNBE a Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (ABRINQ), sob inspiração da nova Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e das recomendações da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Teve como objetivo a elaboração e desenvolvimentos de projetos sociais relativos à infância, buscando sensibilizar as empresas para esta atuação.<sup>11</sup>

O aumento da violência no Brasil, em particular no Rio de Janeiro, também foi uma motivação para os empresários investirem em ações sociais nos anos 90. Na cidade do Rio de Janeiro, em 1993, o sociólogo Betinho (Herbert de Souza, fundador da ONG IBASE<sup>12</sup> em 1981) reuniu-se com 20 empresários com a proposta de firmar uma ação mobilizadora para dar resposta emergencial à onda de violência que assolava a cidade, que culminou com a chacina de jovens e adultos na favela de Vigário Geral em agosto de 1993, na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

Em 1992/1993, o IBASE organizou com empresas a primeira campanha nacional contra a AIDS/SIDA entre trabalhadores, conhecida como “a solidariedade é uma grande empresa”.

---

<sup>9</sup> Fonte: Internet – Boletim da Pesquisa “Ação Social das Empresas” - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, set/1999 ([www.asocial.calepino.com.br](http://www.asocial.calepino.com.br)).

<sup>10</sup> Esta Pesquisa foi realizada entre 1999 e 2000, no Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O relatório da Pesquisa está disponível no portal eletrônico do IPEA ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) ou [www.asocial.calepino.com.br](http://www.asocial.calepino.com.br)).

<sup>11</sup> Ver [www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br), acessada em 12/09/2004.

<sup>12</sup> Ver site do IBASE: [www.ibase.br](http://www.ibase.br) ( Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social).

Também em 1993, criou a campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida”. Esta campanha contou com a expressiva participação de indivíduos, ONGs, sindicatos e centrais sindicais, artistas, igrejas e grupos religiosos, empresas privadas e estatais, associações comunitárias, escolas e universidades, instituições filantrópicas, entre outras organizações, com o objetivo de distribuir alimentos em todo o país e discutir as relações entre saúde e nutrição, tecnologia e desenvolvimento local através de parceria Estado e sociedade.

Também em 1993, foi criado o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), com o objetivo de promover a adesão de empresas privadas para atuar na área social.<sup>13</sup>

Enfim, na década de 1990, vemos a expansão da idéia da responsabilidade social empresarial, através de inúmeras instituições, tais como:

- GIFE – Criado em 1995, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas tem como objetivo mobilizar empresas e articular parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado para projetos sociais comunitários, com o propósito de solucionar problemas sociais e minimizar as desigualdades sociais.
- Balanço Social – Em 1997, o IBASE criou o Balanço Social como um dos instrumentos mais difundidos no país para as empresas auditarem voluntariamente o seu comportamento socialmente responsável;
- Instituto ETHOS – Criado em 1998 por representantes do movimento empresarial do PNBE, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial acredita que investir em responsabilidade social é um grande negócio, na medida em que as empresas podem compartilhar custos com o governo em relação ao desenvolvimento sustentável local, através de uma rede de ações capazes de sensibilizar, motivar e facilitar o investimento social dos empresários brasileiros.

Hoje, no Brasil, a idéia da responsabilidade social empresarial tem sido incentivada pelo próprio Estado. Há que ressaltar que existem empresas que ainda resistem em envolver-se com entidades governamentais e preferem elaborar autonomamente seus projetos sociais, através de suas fundações empresariais ou em parcerias com organizações não-governamentais. Contudo, diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e agências de fomento econômico brasileiras, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) têm buscado sensibilizar as empresas brasileiras para atuarem em parcerias com governos e comunidades na produção de projetos e políticas de bem-estar social, até mesmo como

---

<sup>13</sup> Ver [www.coeptbrasil.org.br](http://www.coeptbrasil.org.br), acessado em 12/09/2004.

contrapartida para o financiamento das atividades econômicas das empresas. Desta forma, a maioria das empresas quando empreende ações sociais se articula através de redes de parcerias com o poder público e/ou com ONGs, como forma de demonstrarem sua disponibilidade de diálogo com outras instâncias.

Diante das transformações observadas no Brasil, três fatores convergem quase que simultaneamente para influenciar o discurso de alguns empresários dispostos a investir no social, por meio da idéia da responsabilidade social empresarial, os quais eu destaco a seguir:

1) *Acirramento da competição global*. O avanço tecnológico aliado à abertura comercial criou o aumento de fluxos globais de mercadorias, capital e informações, o que, conseqüentemente, gerou o aumento da competição empresarial. Empresas que antes atuavam em mercados altamente protegidos, passaram a sofrer competição de concorrentes nacionais e internacionais.

O aumento da competição internacional impulsionou padrões de desempenho produtivo e tecnológico para diferenciar as empresas no mercado. O conhecimento e a educação passaram a ser fatores fundamentais para o aumento da produtividade. Um laboratório de idéias se instalou nas grandes empresas para buscar tecnologias inovadoras e novas formas de gestão que trouxessem maior produtividade com menor custo. Muitas empresas passaram a incorporar padrões internacionais de qualidade nos serviços e produtos para assegurar uma política social e ambiental sustentável.

A presença de empresas estrangeiras no Brasil também interferiu nas atuais ações sociais de empresas. Além de trazerem a experiência de atuação em atividades comunitárias para as filiais brasileiras, as empresas estrangeiras estão também preocupadas com a sua imagem após as privatizações e, buscam mostrar uma face de empresa-cidadã para os consumidores brasileiros.

2) *Mobilização da sociedade civil*. Desde os anos 1970 no Brasil, emergem novas formas de vocalização de grupos sociais que lutam por melhores condições de vida. São movimentos que surgiram no período marcado pela transição do regime militar à democracia e no interior de espaços urbanos. Esses movimentos não estavam mais associados às condições estritas do âmbito territorial da empresa industrial; eles cresceram e se fortaleceram diante das condições precárias de vida urbana – desemprego, violência e acesso restrito aos bens públicos – principalmente nas periferias das metrópoles. Contudo, nos anos 90, observamos um recuo das propostas emancipatórias desses movimentos sociais. Ao invés de pensar a sociedade como um todo, as organizações da sociedade civil passaram a elaborar

projetos pontuais em parceria com o poder público e instituições empresariais, mediante a força relativa, capital social e informações disponíveis de grupos que tivessem mérito para assegurar a negociação nesta parceria.

3) *Alterações do modelo de Estado centralizador.* Nos anos 1980 ganha preponderância, na agenda pública, a idéia neoliberal da estruturação de um Estado mínimo, liberando as forças do mercado e “libertando” a energia da sociedade para arcar com a função social, seguindo valores de solidariedade voluntária, da auto-ajuda e da ajuda mútua. A matriz estadocêntrica passou a ser questionada como nociva ao desenvolvimento econômico e social do país. A natureza da intervenção estatal e os caminhos da reforma do Estado transformaram-se em grandes temas na agenda brasileira. Os anos 1990 se iniciam com a proposta de se radicalizar o corte com o modelo de intervenção do passado até alcançar uma reestruturação do papel do Estado, ainda em processo.

A máquina burocrática abre canais de comunicação e cria novas institucionalidades jurídicas que promovam a participação social. Assim, a energia solidária mobilizada para o enfrentamento dos problemas sociais cotidianos é capturada para o interior do aparelho estatal com o objetivo de domesticar impulsos mais conflitantes de luta social.

Portanto, uma nova configuração institucional “sociocêntrica” é elaborada com a expectativa de que a transferência de responsabilidade do Estado para outras instâncias sociais possa tornar o Estado mais eficaz para promover a coesão social e garantir a governabilidade.

Em síntese, esses três fatores associados, que convergem de maneira dinâmica, influenciaram as atuais condutas empresariais, por isso foi preciso uma mudança cultural no âmbito do empresariado disposto a mudar. A opção pela responsabilidade social empresarial refere-se à interpretação e aos valores culturais de cada empresa e de seus líderes, como também é necessário que a empresa tenha capacidade tecnológica e econômica para empreender inovações conectadas com as novas demandas da sociedade. A escolha de uma ou outra conduta empresarial está relacionada ao *ethos* empresarial construído através de processo histórico e institucional. Resta ressaltar que a industrialização e sua modernização no Brasil não se deram de forma hegemônica. A região mais industrializada do país é a Sudeste e, desta forma, é onde encontraremos no Brasil o maior número de ações empresariais de cunho social.

## **2.2. Portugal**

Antes de tentar descrever a trajetória da economia portuguesa relacionada com o movimento social do empresariado, apresentarei uma breve nota introdutória sobre o modelo de Estado Providência construído em Portugal, na medida em que encontramos forte similaridade com o modelo desenvolvido pelo Brasil, colocando, assim, ambos no mesmo eixo econômico: países semiperiféricos do sistema mundial.

Conforme o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, Portugal nunca atingiu a plenitude do termo Estado Providência, ou seja, a administração pública nunca “interiorizou” a existência plena dos direitos sociais. Portugal não conseguiu promover a universalização dos direitos sociais com qualidade, ao contrário dos países centrais que, ao intervir em diversos domínios sociais, conseguiram promover respostas institucionais aos problemas sociais com evidentes impactos positivos na qualidade de vida dos cidadãos. Com um Estado fraco (e com uma mão forte do autoritarismo), Portugal gerou impactos sociais de baixo nível, tal como referido pelo autor: “São muitos os indícios que nos levam a concluir que a administração pública em Portugal não interiorizou ainda a existência dos direitos sociais e, como tal, não a transformou numa prática e nem numa ideologia de serviço” (Santos, 1992: 242).

Segundo o autor, esse déficit estatal foi compensado, em larga medida, por laços afetivos e de identificação comunitária da Sociedade-Providência. Assim, o modelo de Estado Providência ou de Bem Estar Social foi, em Portugal, em parte substituído por uma forte Sociedade-Providência, onde as redes de relações sociais substituíram um Estado deficitário nos domínios das políticas públicas e sociais. Assim, podemos alargar o conceito de Sociedade-Providência com a inserção das doações comunitárias realizadas por comerciantes e empresários, o que acabava por compensar a fragilidade estatal no campo social.

Os antecedentes históricos da ação social empresarial em Portugal estão referendados pelo paradigma da Igreja Católica, e são similares aos do Brasil. No século XV, quando foram fundadas as primeiras Santas Casas de Misericórdia, os chamados empresários beneméritos faziam donativos pontuais em ajuda aos enfermos e pobres. Desta forma, a caridade e a comiseração, como no Brasil, faziam parte de suas motivações solidárias orientadas pela Igreja.

Em Portugal, as ações sociais empresariais historicamente estão relacionadas às doações pontuais de comerciantes locais e às práticas de empresários filantropos como, por exemplo, Joaquim Ferreira dos Santos – Conde Ferreira (1782–1866); Justino Francisco Portal (1835–1927); Cândido Sotto Mayor (1852–1935); José Francisco Correia – Conde de

Agrolongo (1853–1929); António Madeira (1913–2002); e do atual José Manuel Rodrigues Berardo, conhecido por Comendador Joe Berardo (1944-).<sup>14</sup>

Quanto aos movimentos de filantropia em Portugal, Manuel Lisboa (2002: 419) afirma que, salvo algumas exceções, não há no país uma tradição nesse sentido. Em sua investigação sobre as indústrias portuguesas, apenas 4% dos entrevistados afirmaram participar em obras de natureza social e cultural e 17, 9% em atividades de natureza política. Contudo, tradicionalmente, os comerciantes sempre tiveram a prática de realizar doações casuísticas, em especial de alimentos e roupas, para comunidades ao redor de suas atividades econômicas, em especial para idosos e crianças.

Quanto ao papel político da elite empresarial e sua representatividade social, destacamos algumas considerações de Manuel Lisboa (2002: 320-327). Conforme o autor, no início do século XX a burguesia industrial (grandes comerciantes e banqueiros) possuía um grande poder político, enquanto os pequenos comerciantes, que dependiam totalmente da indústria, tinham um acesso restrito ou mesmo inexistente ao poder político ou redes limitadas de relações sociais no poder. Contudo, existiam algumas organizações regionais importantes: a Associação Comercial de Lisboa; a Associação Industrial Portuguesa; a Associação Industrial Portuense; e a Associação Industrial do Porto.

A Associação Comercial de Lisboa apoiou o golpe militar de Salazar (28/05/1926), mas na década de 1960 criticava o governo pela lentidão com que o país se industrializava. Quanto à Associação Industrial Portuguesa, fundada em 1837, Salazar a considerava rebelde e manifestava a intenção de limitar sua ação. Quanto à dimensão associativa industrial durante o Estado Novo Salazarista, a elite empresarial dispunha de poucos canais organizados para influenciar o poder político. Lisboa (2002) afirma que havia uma grande fragilidade organizacional patronal, resultante, em grande medida, das limitações à participação política deste governo. Somente no fim da ditadura se poderá vislumbrar um ambiente propício para o associativismo de todos os setores das atividades econômicas, que passaram a ter uma maior intervenção política na defesa de seus interesses.<sup>15</sup>

A seguir, apresentarei uma breve trajetória da política econômica em Portugal, com o objetivo de compreender em que bases foram se construindo os padrões de organização política e ação coletiva dos agentes econômicos portugueses.

---

<sup>14</sup> Nesta lista de filantropos não está inserido Calouste Gulbenkian, pelo fato de que este grande empresário nasceu na Armênia (1869), e somente passou a morar em Lisboa em 1942 até a sua morte (1955), quando deixou em testamento sua fortuna à Fundação em Lisboa que traz o seu nome.

<sup>15</sup> Hoje, em Portugal, existem inúmeras associações, federações e quatro confederações empresariais, tais como a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP); a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP); a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP); e a Confederação do Turismo Português (CTP).

Durante a Era Salazarista (1928-1974), o apoio econômico destinava-se aos pequenos proprietários de terra da região Norte do país, fervorosamente católicos, e aos latifundiários das regiões centrais e meridionais de Portugal, alicerçando, assim, as bases de seu apoio político nas realidades sociais e agrícolas portuguesas. Até aos anos 1950, Portugal era um país essencialmente rural e com uma indústria artesanal moldada a esse contexto de ruralidade.

Kenneth Maxwell, em seu livro *O Império Derrotado. Revolução e democracia em Portugal* (2006), afirma que António de Oliveira Salazar rejeitava a industrialização por considerá-la um “arauto de conflitos de classe e de problemas trabalhistas” e, desta forma, seu governo estava firmemente “escorado contra o século XX” (36).

Durante o Estado Novo português, o caráter paternalista das grandes empresas familiares predominava nas suas ações sociais, ancoradas nos princípios nacionalistas, corporativistas e assentes na moral cristã deste governo. Conforme Lima (1999), o modelo ideológico do Estado Novo teve o grande apoio dessas empresas, e muitos de seus dirigentes eram importantes personalidades públicas da época, com enorme prestígio social e uma intervenção significativa, ainda que indireta, na política nacional. A empresa familiar era sentida e afirmada como um projeto coletivo, no qual todos os membros da família estavam envolvidos e com um grande investimento pessoal.

Na década de 1960, com a mudança da equipe econômica de Salazar, devido à debilidade de sua saúde, Portugal passou a receber grandes investimentos financeiros para o seu desenvolvimento industrial. Temos o exemplo da Companhia União Fabril (CUF), da Família Melo, que se transformou em um gigantesco conglomerado de mais de 100 (cem) empresas e que era a maior companhia da península Ibérica, controlando um décimo do capital empresarial de Portugal. A CUF tinha o domínio do comércio na Guiné e controlava 70% do mercado português de tabaco; e o Grupo Champalimaud detinha praticamente o monopólio da produção de cimento (Maxwell, 2006: 38-50). Para César Neves (1994 *apud* Lisboa, 2002: 109), o ano de 1966 pode ser considerado o auge da “época de ouro da industrialização”, no qual o responsável foi o Plano Intercalar de Fomento de 1965-1967 do governo português.

Contudo, a expansão industrial estava extremamente vulnerável às mudanças políticas da década de 1970 e ao contexto econômico internacional, face às graves crises do petróleo. Assim, nos anos 1970, verificar-se-á a desintegração da antiga aliança da Era Salazar entre os proprietários de terra e os interesses financeiros e industriais em expansão, frente ao novo rumo do governo ditatorial.

Os indicadores econômicos da evolução da indústria portuguesa revelam a expansão industrial e o crescimento econômico na segunda metade do século XX; contudo, este movimento foi modesto e lento, similar aos países semiperiféricos, e não teve avanço significativo em comparação aos outros países mais industrializados na Europa (Lisboa, 2002).

Devido à ausência de democracia econômica, social e política, Portugal estava isolado da internacionalização do paradigma fordista, o que dificultava a interação e o relacionamento entre os diversos agentes econômicos nacionais e internacionais. Durante o Estado Novo, Portugal não participava das grandes conferências internacionais que definiam a nova ordem após a II Guerra Mundial. Neste período, as políticas industriais adotadas pela ação reguladora do Estado desincentivavam práticas de colaboração tanto no campo científico e tecnológico, quanto entre empresas ou no interior delas (Tolda, 2000: 103).

A política financeira governamental de 1971-72 incentivou a concentração e a consolidação de empresas. Por outro lado, os pequenos empreendedores e firmas familiares passaram a ser considerados “não-rentáveis” pelos ministros da área econômica, e os empresários mais competitivos se voltaram para os ramos de varejo e distribuição.

O incentivo governamental voltou-se, assim, para o investimento em grandes conglomerados financeiros e industriais e os velhos monopólios deixaram de ser tão importantes, o que, conseqüentemente, acabou por gerar a decadência das velhas oligarquias. Para a equipe econômica de Marcello Caetano os conglomerados eram empreendimentos bem administrados, e o governo alocava-lhes uma parcela significativa em investimentos, incentivos fiscais e subsídios. Além disso, o governo apontava algumas “vantagens” portuguesas para atrair empresários estrangeiros no que diz respeito à ausência no país de sindicatos livres e de negociação coletiva e à presença de salários irrisórios. Desta forma, acreditava-se que os lucros estrangeiros seriam atraídos (Maxwell, 2006).

Esta internacionalização empresarial acabou por gerar um paradoxo econômico e político, que não pôde ser enfrentado. Alguns dos maiores grupos econômicos do país, ou seja, os velhos monopólios, tais como a CUF e o Grupo Champalimaud, associaram-se a empreendimentos com empresas estrangeiras e transferiram seus negócios coloniais e metropolitanos para investimentos mais lucrativos no Brasil, nos EUA e em outros países da Europa (Maxwell, 2006: 49-50).

Além disso, esta internacionalização impactou em duas frentes no posicionamento empresarial. Por um lado, ocorreu a desintegração da antiga aliança entre os proprietários de terra e os interesses financeiros e industriais. Por outro, as empresas passaram a desaproveitar, ainda que não explicitamente, a guerra de Portugal em África, na medida em que desviava

divisas necessárias para a expansão industrial portuguesa, o que do ponto de vista empresarial ameaçava a chance de Portugal ingressar na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Portanto, a elite empresarial portuguesa estava, nos anos 1970, diante de vários dilemas e impasses. Ao mesmo tempo percebiam que a guerra colonial inibia o capital necessário aos seus interesses expansionistas, temiam também que o seu fim pudesse favorecer a perda do domínio económico em África, em prol de outros países mais desenvolvidos. E neste cenário, acrescenta-se a crise económica do petróleo, que impactava sobremaneira as condições de vida da sociedade portuguesa. Consequentemente, o caminho estava aberto para a Revolução de 25 de abril de 1975, pondo fim à Era Salazarista.

Com a Revolução militar-democrática de 25 de abril de 1974 (Revolução dos Cravos), ocorreu o período de estatização de bancos, das principais indústrias e dos meios de comunicação. Desta forma, a Empresa Pública passou a ter relevância política e económica em Portugal.

Além da nacionalização financeira e empresarial, uma das metas da segunda fase desta Revolução foi eliminar o poder dos grandes proprietários de terra e dos monopolistas da Era Salazar. Segundo Maxwell (2006), o comunista Álvaro Cunhal afirmara que no “novo estágio da Revolução” o proletariado estava contra os monopólios e os latifundiários; portanto, o que restava era aliar-se aos pequenos proprietários e setores da classe média que estivessem interessados na luta anti-monopolista (2006: 192).

Entretanto, a pequena burguesia revelou-se muito mais resistente à Revolução do que as grandes empresas familiares e os grandes proprietários de terras do Sul. Parte dos donos de fábricas desapropriadas fugiu de Portugal ou foram expulsos; e os que ficaram se filiaram em massa na Confederação da Indústria Portuguesa (Maxwell, 2006).

O agravamento da crise económica portuguesa acabou por gerar outra inflexão em relação ao rumo revolucionário comunista. Para compensar seu déficit na balança dos pagamentos e preparar o país para a concorrência europeia, a economia passou a depender das grandes indústrias e do planalto cerealífero do Sul. Desta forma, o governo acabou por desnacionalizar a economia como um todo. Mas, ainda assim, neste período, os empresários, diante das incertezas, preferiam alocar seus investimentos para empresas privadas com matriz no exterior.

Ao analisar a relação entre produção capitalista e o nível de reprodução social das décadas de 1960 e 1970, Boaventura de Sousa Santos aponta uma série de “descoincidências” ou descompassos. O país, durante este período, encontrava-se numa situação de semi-industrialização, com uma indústria assente ainda nos setores tradicionais e com um nível de produtividade aquém dos países centrais. A competitividade empresarial

baseava-se no achatamento salarial e nos atrasos de salários. E mesmo com a Revolução, a classe operária, desfragmentada, ainda possuía fortes vínculos com a agricultura familiar e possuía baixo poder de pressão, organização e de negociação (Santos, 1992: 116).

A partir da década de 1980, em particular após a integração de Portugal na Comunidade Européia, é que se iniciarão importantes debates sobre a redefinição de uma política científica e de inovação industrial em Portugal; e a ação do Estado, como agente regulador do desenvolvimento tecnológico, se tornou mais significativa.

Contudo, conforme Lisboa (2002), ao longo do processo de expansão industrial, as empresas seguem normalmente um modelo de crescimento de pequenos surtos, seguidos de estagnação e de crise, ao invés de processos de desenvolvimento sustentado.

Segundo este autor, a estrutura industrial que se foi construindo revelou-se desequilibrada, assimétrica e do tipo piramidal, com uma base alargada de pequenas empresas e alguma escassez das de dimensão média: “Esta estrutura é marcada por uma mistura de processos múltiplos – alguns com tecnologia de ponta, pouco acertados com o seu tempo e muito inacabados – que se misturam numa ‘floresta desordenada’ de ramos e sub-ramos, com tempos e níveis de desenvolvimento tecnológico e organizacional diversos” (Lisboa, 2002: 540).

Apesar da relativa turbulência da Revolução de 25 de Abril de 1974, a abertura política e econômica favoreceu uma grande renovação no modelo industrial em Portugal. Permitiu uma maior mobilidade na estrutura social (vertical e horizontal), que facilitou no surgimento de novos agentes econômicos que, conforme Lisboa, dificilmente surgiriam “face ao poder de meia dúzia de famílias que controlavam a economia nacional anterior” (*ibid.*). E é a partir do final dos anos 80, com a supremacia internacional do capital financeiro, que há uma significativa alteração na economia portuguesa.

Na segunda década de 1990, Portugal passou por uma mudança substancial na sua balança de capitais, passando rapidamente de importador para exportador líquido de capitais. Os grandes protagonistas foram os grupos financeiros e econômicos, em particular as empresas privatizadas. Contudo, de acordo com o Parecer de 1997 do Conselho Económico e Social “Globalização – implicações para o desenvolvimento sustentável”, Portugal ainda dispunha de uma especialização industrial com debilidades muito patentes, quer ao nível da utilização das tecnologias mais evoluídas, quer ao nível do domínio ou inserção nas redes de comercialização e, com um forte constrangimento para enfrentar a dinâmica da mudança, inclusive a partir de seus recursos humanos (CEE, 1997).

Quanto ao comportamento das elites empresariais em Portugal, Lisboa (2002) aponta uma dualidade contínua, similar à análise realizada por Boaventura de Sousa Santos para as décadas de 60 e 70; ou seja: hoje, ainda, permanece em Portugal a presença de uma “burguesia heterogênea composta por um pequeno setor moderno e modernizante e amplas camadas mais ou menos retrógradas” (Santos, 1992).

Ainda são poucos os estudos, em Portugal, sobre a cultura política dos agentes econômicos, sobre a sua capacidade associativa em relação à filantropia e às suas ações políticas de cunho social. Desta forma, encontramos algumas dificuldades para analisar quais são os novos padrões de ação coletiva empresarial através de suas entidades representativas, e qual o comportamento desses empresários como atores políticos face ao novo estágio econômico e social em que se encontra o país.

A despeito desta dificuldade analítica, tentarei apontar alguns episódios que nos levem a pensar sobre a trajetória empresarial portuguesa rumo à estratégia da responsabilidade social empresarial e o envolvimento do Estado português em face a esta nova estratégia de parcerias na produção de políticas sociais.

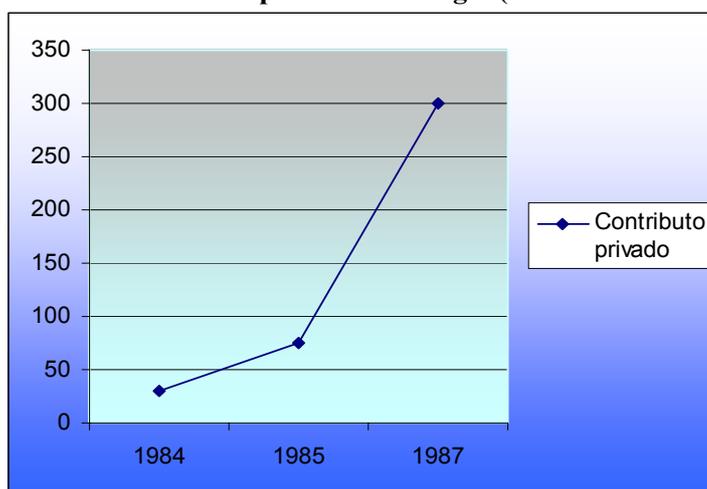
Temos como um primeiro exemplo os empresários portugueses católicos. Na cidade de Fátima, em 07 de março de 1998 foi criada a Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) com princípios da RSE. Esta Associação foi constituída em 1952, sob a denominação UCIDT – União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho e, depois, denominada UCIDT – Movimento Cristão de Empresários e Gestores. A ACEGE, hoje, é uma associação de homens e mulheres de empresa, que partilham entre si valores cristãos e procuram aplicá-los no desenvolvimento profissional. Ela propõe-se:

como missão inquietar e mobilizar as consciências das pessoas, divulgando os valores e a doutrina social da Igreja partilhada pelos seus membros. Queremos ser vistos como uma referência moral na sociedade portuguesa, contribuindo através de uma atitude frontal de afirmação e esclarecimento, para fortalecer a sociedade civil, ajudando a difundir uma cultura de responsabilidade. Como empresários e gestores temos a responsabilidade de decidir a forma como queremos viver na nossa empresa. Quais as nossas preocupações, prioridades e que tipo de sucesso queremos obter. É por isso essencial discutir estes temas com todos aqueles que de alguma forma estejam interessados nesta temática. É fundamental procurar apoio em quem já passou por experiências como as nossas, a quem nos podem mostrar diferentes formas de ultrapassar as dificuldades, a quem nos possa mostrar o caminho”. ([www.acege.pt](http://www.acege.pt))

Em Portugal, já no final dos anos 1980, a ação social empresarial passou a ser incentivada, a partir de um dispositivo legal datado em 1986 (Lei do Mecenato Cultural), que estava direcionado ao conjunto de benefícios fiscais para as empresas e particulares que

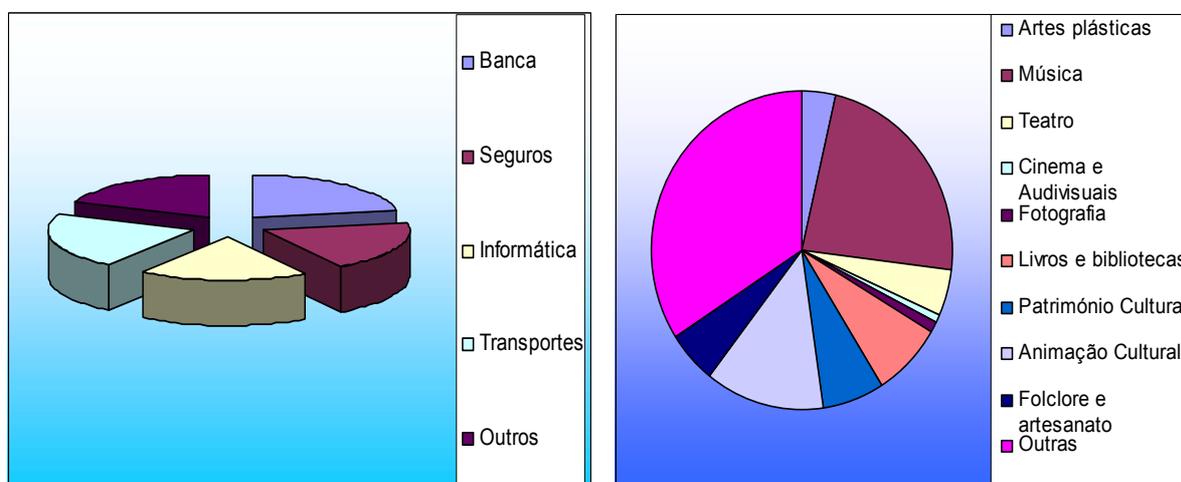
contribuíssem para instituições ou atividades de interesse cultural (Decreto-Lei n.º 258/86).<sup>16</sup> Podemos observar através dos gráficos abaixo o recente envolvimento empresarial português em ações sociais, a partir deste dispositivo legal.

### Mecenato Cultural de Empresa em Portugal (em milhares de contos)



Fonte: Conde, Idalina (1989).

### Mecenato Cultural de Empresa em Portugal por Setores de Atividade (1986)



Fonte: Conde, Idalina (1989).

Em 1999, esta Lei foi ampliada para outros setores (Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de março). Passou a integrar um conjunto de incentivos fiscais no sentido de estimular as empresas e os particulares a efetuarem donativos a favor das entidades privadas ou públicas que desenvolvam a sua atividade no âmbito do sistema social em benefício de iniciativas nas

<sup>16</sup> No Brasil, temos uma Lei similar. Concebida em 1991 para incentivar investimentos culturais através de dedução fiscal, a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei n.º 8.313/91), ou Lei Rouanet, como também é conhecida, pode ser usada por empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais.

áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional (Artigo 2 da Lei do Mecenato). De acordo com o estabelecido para o Mecenato social, o seu donativo é totalmente dedutível nos impostos (totalizando 140%).

Alguns trabalhos têm mostrado que tem havido pouco interesse das empresas em usufruir dos benefícios da Lei do Mecenato (Santos, Maria de Lourdes, 1998) e, quando há, são somente as empresas de grande porte que o fazem (Ministra da Cultura, *in* O Círculo – Blog Progressivo, acessado em 19/02/2007).<sup>17</sup>

### Evolução do Mecenato em Portugal

	1999	2000	2001	Varição 1999-2001
<b>N. Declarações</b>	1.617	2.486	2.920	80,60
<b>Total (em Euros)</b>	4.503.612,00	14.252.422,49	14.801.393,00	228,70

Fonte: Moura, Marisa (2004)

Quanto ao papel do Estado em promover redes de parcerias com entidades e associações empresariais para o desenvolvimento social, observa-se em Portugal uma trajetória neste sentido, desde o final dos anos 1990. Em 18 de novembro de 1997, foi sancionada a Resolução do Conselho de Ministros n.º. 197/97, que cria o Programa de Apoio à Implementação da Rede Social, com o objetivo de se criar um fórum de articulação livre de autarquias, entidades públicas e privadas sem fins lucrativos na busca de soluções coletivas dos problemas sociais, em especial a erradicação da pobreza (*Diário da República*, 18/11/1997, Resolução do Conselho de Ministros n.º. 197/97).

Cinco anos mais tarde, em 12 de fevereiro de 2002, foi criado o Despacho Normativo n.º. 8/2002 para a Regulamentação do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social que, dentre seus objetivos estava em desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais. O funcionamento da Rede Social prevê fóruns no âmbito dos Concelhos ou de Freguesias, respectivamente como Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e Comissões Sociais de Freguesia (CSF) ou Comissões Interfreguesias (*Diário da República*, 12/02/2002, Despacho Normativo n.º 8/2002).

Nove anos após a Resolução da criação da Rede Social, foi sancionado o Decreto-Lei n.º. 115/2006, em 14 de junho de 2006, que consagra os princípios, finalidades e objetivos da Rede Social, bem como a constituição, o funcionamento e a competência de seus órgãos. Dentre seus objetivos, está o combate à pobreza e à exclusão social e a promoção da inclusão

<sup>17</sup> Fonte: <http://ocirculo.wordpress.com/>

e coesão social, através do desenvolvimento social integrado. Quanto à composição das CSF e dos CLAS, podem integrar, além de órgãos públicos, entidades sem fins lucrativos, tais como associações empresariais (*Diário da República*, 14/06/2006, Decreto-Lei nº115/2006).

Outro exemplo de incentivo à responsabilidade social das empresas em Portugal é o “Prémio Igualdade é Qualidade”, promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).<sup>18</sup> Esta premiação tem como objetivo sensibilizar e fomentar, através do reconhecimento público de empresas e de organizações sociais, boas práticas na área da promoção da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Desde que teve início em 2000, até o ano de 2004, este prêmio registrou mais de uma centena de empresas candidatas. Em 2000, na edição inaugural, candidatou-se um grupo de 24 entidades e, em 2001, o número de candidaturas teve um pico assinalável.

No que diz respeito à localização territorial nas entidades candidatas ao prêmio, a CITE verificou uma dispersão por diversos distritos e regiões, notando-se, todavia, uma concentração das organizações candidatas na região de Lisboa (onde se concentram 36,5 % do total de candidatas ao Prêmio). Seguem-se as organizações candidatas sediadas no Porto (17,6%), logo seguidas das de Aveiro (6,1%), Coimbra e Viseu (5,4%). O CITE assinala que esses dados referem-se à distribuição do tecido empresarial português pelo território nacional (CITE, 2006).

#### Entidades Candidatas, por ano de candidatura

ANO	Número	%
2000	24	15,6
2001	67	43,5
2002	26	16,9
2003	20	13,0
2004	17	11,0
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Estudos n.º 5, CITE, 2006

Quanto à existência de fundações empresariais para executarem ações sociais, existem algumas criadas por empresários e não por empresas, com exceção da Fundação Salvador Caetano e da Fundação Bial. A Fundação Calouste Gulbenkian, criada em 1956, é uma

<sup>18</sup> A CITE, criada em 1979, é uma entidade tripartite, formada por representantes governamentais e dos parceiros sociais (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal – CCP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – CGTP-IN, Confederação da Indústria Portuguesa – CIP e União Geral dos Trabalhadores – UGT). É tutelada pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, em articulação com o membro do Governo responsável pela área da Igualdade de Género.

instituição portuguesa de direito privado e utilidade pública, cujos fins estatutários são a Arte, a Beneficência, a Ciência e a Educação. Criada por disposição testamentária de Calouste Sarkis Gulbenkian, os seus estatutos foram aprovados pelo Estado Português a 18 de Julho de 1956.

Já a Fundação Bial (1994), da Indústria Farmacêutica Bial, “tem como objetivo o incentivo do estudo científico do Homem, tanto do ponto de vista físico como espiritual, distinguindo, apoiando e promovendo o trabalho e o esforço de todos aqueles que procuram trilhar novos passos no caminho da Investigação, da Ciência e do Conhecimento”. Considerada uma instituição de utilidade pública pelo governo português, a “Fundação Bial conta com os altos patrocínios do Senhor Presidente da República, do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e da Ordem dos Médicos”, ou seja, suas ações são canalizadas para a investigação científica na área da Saúde e com o apoio do Estado.<sup>19</sup>

A Fundação António Champalimaud (2004) apóia pesquisas nas ciências médicas, em especial na área de oncologia e neurologia; a Fundação de Arte Moderna e Contemporânea – Joe Berardo (2006) refere-se ao Museu Coleção Berardo de Arte Moderna e Contemporânea, situado no interior do Centro Cultural de Belém, em Lisboa; e a Fundação Salvador Caetano – Grupo Salvador Caetano Portugal (1981) designa-se uma Fundação para tratar restritamente de benefícios de seus trabalhadores e concede um prêmio aos melhores alunos de Universidades.<sup>20</sup>

A adoção da estratégia corporativa da RSE em Portugal está relacionada ao documento elaborado no âmbito da União Europeia sobre os caminhos para promover um quadro europeu para a responsabilidade social empresarial, que estão contidos no *Livro Verde* da Comissão Europeia de 18 de julho de 2001. Este documento foi elaborado pela Comissão das Comunidades Europeias, através da Agenda Social Europeia, e sua abordagem tem como objetivo refletir diversas iniciativas internacionais nesta área: UN Global Compact (2000), a Declaração Tripartite sobre as Empresas Multinacionais e a Política Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1998) e as Orientações para as Empresas Multinacionais da OCDE (2000).

No Livro Verde a responsabilidade social empresarial é definida como:

um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. [...] Esta responsabilidade manifesta-se em relação aos trabalhadores e, mais genericamente, em relação a todas as partes interessadas afetadas pela empresa e que, por seu turno, podem influenciar os seus resultados. (parágrafo 8)

---

<sup>19</sup> [www.bial.com](http://www.bial.com), acessado em 21/11/2007.

<sup>20</sup> Ver sites [www.gulbenkian.pt](http://www.gulbenkian.pt); [www.bial.pt](http://www.bial.pt); [www.fchampalimaud.org](http://www.fchampalimaud.org); as informações da Fundação Salvador Caetano não estão disponíveis na internet. Foi necessária uma entrevista para compreender o objetivo desta fundação (em Lisboa, no dia 30 de outubro de 2007).

Quanto ao desenvolvimento da responsabilidade social empresarial na dimensão externa, o Livro Verde a define como aquela que “ultrapassa a esfera da própria empresa e estende-se à comunidade local, envolvendo, para além dos trabalhadores e acionistas, parceiros comerciais e fornecedores, clientes, autoridades públicas e ONG que exercem a sua atividade junto das comunidades locais ou no domínio do ambiente” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001: item 2.2).

Sobre a justificativa das empresas realizarem o investimento social em comunidades locais, o Livro Verde afirma que:

As empresas dão um contributo para a vida das comunidades locais em termos de emprego, remunerações, benefícios e impostos. Por outro lado, as empresas dependem da salubridade, estabilidade e prosperidade das comunidades onde operam. [...] A reputação de uma empresa na sua zona de implantação, a sua imagem não só enquanto empregador e produtor, mas também enquanto agente no plano local, são factores que influenciam a competitividade (item 2.2.1).

Como exemplo de empreendimento social, o Livro aponta o apoio de ações de promoção ambiental, o recrutamento de pessoas vítimas de exclusão social, a disponibilização de estruturas de cuidados à infância para os filhos dos trabalhadores, parcerias com comunidades, o patrocínio de eventos culturais e desportivos a nível local ou donativos para ações de caridade, a partir do estabelecimento de relações positivas com a comunidade local e a conseqüente acumulação de capital social (*ibid.*).

Em relação a este documento, Portugal realizou, em 2002, um amplo Seminário Nacional sobre Responsabilidade Social das Empresas, com a presença de empresários, governo e comunidade académica, com o objetivo de refletir sobre uma proposta de responsabilidade social das empresas da seção portuguesa do Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e Empresas de Interesse Económico Geral (CEEP) e do Conselho Económico e Social da União Europeia (CES, 2003). A grande preocupação de Portugal, neste seminário, concentrava-se em entender as diretrizes da União Europeia e de que forma poderiam ser adotadas tendo em vista a fraca industrialização de Portugal, associada com o nível social e de cumprimento das normas, aquém dos países europeus mais ricos. Entendem que a adoção de responsabilidade social empresarial, apesar das pressões internacionais para a padronização, requer uma interpretação interna das conjunturas de cada país. Conforme frisou o Presidente da Associação Portuguesa de Bancos e vice-presidente do Conselho Económico e Social:

As nossas responsabilidades sociais [...] têm que ver com o quadro insatisfatório que estamos a viver [...]. No caso português é mais grave porque, além de uma legislação inadequada, temos o seu incumprimento generalizado. [...] Antes de qualquer acréscimo de exigências sociais – importantes em si mesmas – é necessário que a lei seja cumprida, é necessário que a lei seja correcta, e é necessário que haja resposta em tempo aos desafios incontornáveis que se aproximam, com o alargamento da União Europeia, e com a globalização mundial do comércio e dos movimentos de capitais, que verdadeiramente põem em causa a eficácia da nossa actual base económica e do funcionamento das instituições públicas. (Conselho Económico e Social, 2003)

O relatório “Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal” (CECOA, 2004), promovido no âmbito do Projeto *CSR/SME – Promoting Corporate Social Responsibility in Small and Medium Size Enterprises*, mostra alguns pontos a serem destacados sobre a RSE em Portugal:

- O país aparece em 21º lugar no *National Corporate Responsibility Index 2003*, publicado pela ONG AccountAbility, atrás de todos os restantes países da EU 15 à exceção da Grécia;
- Há poucos produtos disponíveis com o rótulo ecológico europeu e nenhum rótulo social;
- A legislação ambiental portuguesa é muito avançada, mas o nível de incumprimento é significativo;
- Com exceção de algumas multinacionais, poucas empresas portuguesas publicam declarações de visão e valores, missão, princípios de negócios e códigos de conduta;
- Não existem Fundos Éticos e apenas três empresas estão listadas em índices de bolsistas sociais;
- 2/3 das PME's portuguesas praticam alguma forma de responsabilidade social externa, embora a maioria o faça de modo informal e sem lhe dar esse nome;
- O voluntariado empresarial é escasso e concentra-se nas empresas de maior porte;
- A cultura e o desporto são as principais atividades apoiadas pelas empresas, seguidas pela saúde e assistência social. Os donativos, em dinheiro ou em espécie são a forma de apoio mais popular, feitos numa base casuística e irregular.

O governo português, através do IAPMEI, está realizando uma pesquisa sobre a responsabilidade social de PME's do país, intitulado “SER PME Responsável”. O primeiro relatório, datado de 2005, resultado de um inquérito com 400 empresas, dentre outras observações, concluiu que o termo “responsabilidade social das empresas” é entendido de forma imprecisa, vaga e parcial. Contudo, as empresas percebem que a RSE, ao nível interno, pode contribuir para o aumento da produtividade dos empregados; e, ao nível externo, pode

colaborar para o aumento do capital reputacional da empresa frente à comunidade e ao governo. Ou seja, na globalidade das entrevistas, as empresas vêem a RSE como uma vantagem a ser adotada. Contudo, desconhecem políticas que incentivem estas práticas.

O relatório também aponta que o contexto econômico de recessão em Portugal constitui uma ameaça às empresas evoluírem neste aspecto, por duas razões: fuga de empresas e ausência de investimentos financeiros (IAPMEI, 2005).

Quanto ao associativismo empresarial recente, encontramos um movimento notável e inédito, em 2004: o Compromisso Portugal. Cerca de 550 empresários, gestores e académicos reuniram-se em Lisboa, no dia 10 de fevereiro de 2004, num encontro no qual foi debatido um novo modelo económico e de desenvolvimento para Portugal, conhecido como a “Convenção do Beato”. Nesta reunião, empresários, nitidamente liberais, assumiram a responsabilidade de elaborarem um consenso alargado para as mudanças do desenvolvimento de Portugal, “independentemente de interesses corporativos, associativos ou de qualquer outra natureza”. De acordo com o Movimento, Compromisso Portugal se auto-define como:

[...] uma iniciativa da Sociedade Civil. Sem alinhamentos partidários nem vocação para governar. É um fórum de discussão aberto à participação de todos, onde não cabem os preconceitos ideológicos. É um movimento de cidadãos, um exercício de cidadania, que pretende promover a discussão do modelo económico-social do nosso País, avançando com propostas concretas de mudança. Mas que tem uma ambição: contribuir para que a nossa sociedade atinja patamares mais elevados de bem-estar, coesão e felicidade de uma forma natural e sustentável. Esse é o nosso sonho. O persistente atraso de Portugal, tanto do ponto de vista económico como social, convoca a Sociedade Civil para um desafio que não pode, pela sua dimensão e pela ruptura que comporta, ficar exclusivamente nas mãos dos decisores políticos. Este desafio exige que todos os Portugueses sejam agentes activos de mudança. O Compromisso Portugal tem assumido, desde a sua fundação, as suas responsabilidades cívicas na construção de um país mais justo, mais solidário e mais desenvolvido. Debatendo, questionando, propondo, o Compromisso Portugal assume a sua vocação de agente activo de mudança na sociedade. ([www.compromissoportugal.pt](http://www.compromissoportugal.pt))

No seguimento das propostas discutidas nesse encontro, o Compromisso Portugal lançou a sua “Iniciativa de Causas – sete propostas para estudo e avaliação”, texto em que se definem as bases para a construção de um novo modelo de sociedade “capaz de responder aos desafios que se colocam aos portugueses”.

Em fevereiro de 2005, o Compromisso Portugal elaborou um novo documento no qual era feita uma análise e comparação dos programas eleitorais do PS e do PSD. Em dezembro desse mesmo ano, surgiu outro documento – “Um contributo para a mudança da Sociedade Portuguesa” –, no qual se colocavam algumas questões aos principais partidos políticos, na

expectativa de que as consagrassem nos seus programas de governo. Nesse âmbito, o Compromisso Portugal realizou reuniões com representantes do PS, PSD E CDS<sup>21</sup>.

Em 06 de setembro de 2006, este Movimento elaborou um texto intitulado “Texto Provocatório Geral” que serviu de base ao debate sobre o modelo econômico e social para o País na 2ª Convenção do Compromisso Portugal. Dentre os assuntos tratados estão cinco princípios:

- O cidadão no centro, valorizado e responsabilizado;
- A garantia de uma verdadeira igualdade de oportunidades;
- A existência de direitos sociais e de uma rede de proteção social seletiva e eficaz;
- Um Estado forte e independente ao serviço dos cidadãos;
- A concorrência nos mercados, enquanto fonte de valor econômico e social, a flexibilidade e a abertura e predisposição à mudança.

O documento traz uma série de propostas de combate ao empobrecimento progressivo: “Se nada de substancial fizermos, caminharemos progressivamente para um empobrecimento relativo, enquanto sociedade.”<sup>22</sup> As propostas de mudanças e reformas se concentram nos seguintes aspectos:

- No modelo econômico-social, em particular relativamente aos fatores estruturais e estratégicos; sobre a qualificação e formação dos portugueses;
- Nas funções legislativa, jurídica e regulatória;
- No modelo de coesão e proteção social;
- Sobre o Ordenamento do Território e Qualidade Ambiental;
- Sobre o papel do Estado; e
- Enquadramento estatal à atividade empresarial, no qual o texto apresenta 10 fatores que, “para além de um Estado que liberte atividades para a sociedade civil, são fundamentais para que o país crie os incentivos necessários e promova o desenvolvimento econômico e empresarial”. São eles:
  - Recursos Humanos com elevado nível de qualificação;
  - Sistema de Justiça célere, competente e eficaz;
  - Estado e Administração Pública desburocratizados e orientados para os cidadãos;
  - Sistema Fiscal simples, claro, estável e competitivo;

---

<sup>21</sup> Todos os dados referentes ao movimento Compromisso Portugal se encontram no endereço eletrônico: [www.compromissoportugal.pt](http://www.compromissoportugal.pt)

<sup>22</sup> [www.compromissoportugal.pt](http://www.compromissoportugal.pt).

- Mercados abertos e em sã concorrência sem abuso de posição dominante;
- Legislação trabalhista que permita flexibilidade e mobilidade;
- Boa interação entre universidades/centros tecnológicos e empresas;
- Infra-estruturas de transporte e comunicações eficientes e competitivas;
- Qualidade ambiental e segurança;
- Coesão social com sistemas de segurança social e proteção ao desemprego adequados.

E o texto conclui que: “Cada cidadão deverá assumir as suas responsabilidades e dar o seu contributo, no espaço de intervenção de que dispuser, ao mesmo tempo em que junta a sua voz à de outros, criando uma nova dinâmica de mudança”.

Em 2007, este movimento liberal de empresários publicou o livro *Revolucionários* com o objetivo de divulgar a trajetória deste movimento empresarial e apresentar suas propostas de modelos políticos, sociais e econômicos para Portugal.<sup>23</sup>

Outro exemplo recente de padrão de ação coletiva do empresariado português em prol da solidariedade se refere à Associação de Empresários pela Inclusão Social. Esta associação foi formada em 2007, por 120 empresários, donos do equivalente a 40% do PIB nacional, tem o objetivo de diminuir o insucesso escolar e prevê o investimento de 100 milhões de euros nos próximos cinco anos (Direito, 2007).

A seguir indicam-se outros exemplos de iniciativas de RSE em Portugal:

1. **RSE Portugal** – É uma instituição ligada à Corporate Social Responsibility (CSR Europe), criada em 1995 sob a denominação de European Business Network. A RSE Portugal, criada em 2004, tem como objetivo “impulsionar, coordenar, dinamizar e divulgar boas práticas de responsabilidade social de empresas sediadas em Portugal tendendo ao intercâmbio e à multiplicação dessas práticas no tecido empresarial nacional”. Dentre seus membros estão as empresas Portugal Telecom, Metropolitano de Lisboa, Grupo Luís Simões, CTT, IBM, TAP;

2. **O Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)** – Criada em 2000, é uma associação portuguesa sem fins lucrativos que pretende promover o conceito de cidadania empresarial através da parceria com outros setores da sociedade;

3. **Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)** – Criada em 2001, esta associação está vinculada ao *World Business Council for Sustainable*

---

<sup>23</sup> [www.compromissoportugal.pt](http://www.compromissoportugal.pt); acessado em 26/11/2007.

*Development* e conta com o apoio da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, com a missão de atuar em matéria da eco-eficiência, equidade social e responsabilidade social das empresas com estreita cooperação de empresas, governos e outras instituições preocupadas com o desenvolvimento sustentável;

4. **Projeto português “Mão na Mão”** – Trata-se de um movimento empresarial português, criado em 2001, que desenvolve ações de solidariedade social junto a instituições sem fins lucrativos, em particular àquelas que se dedicam a idosos, crianças pobres, deficientes e portadores de doenças graves. A empresa dinamizadora deste projeto é a PT Comunicações, envolvendo outras empresas.

5. **Site Sair da Casca** – Criada em 1995, Sair da Casca é uma empresa de consultoria em Comunicação da Responsabilidade Social das Empresas ([www.sairdacasca.pt](http://www.sairdacasca.pt));

6. **Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE)** – Criada em 2002, tem como objetivo sensibilizar e promover a ética e a responsabilidade social no tecido empresarial e outras organizações portuguesas;

7. **Norma Internacional de Responsabilidade Social, ISO 26000** - A 3ª reunião do grupo de trabalho que está desenvolvendo a norma ISO 26000 para padronizar internacionalmente ações de responsabilidade social empresarial realizou-se em Lisboa em 2006, envolvendo diversas nacionalidades e organizações sobre responsabilidade social empresarial.

Em relação à incorporação do tema da responsabilidade social empresarial em Portugal e no Brasil podemos apontar uma observação preliminar: ambos os países tiveram a indução do tema realizada através de organismos internacionais, ou seja, não foi uma construção unicamente interna, e sim efetivada por constrangimentos internacionais. Contudo, no Brasil, a prática da responsabilidade social empresarial tem tido uma expansão muito mais intensa do que em Portugal.

### **3. Uma comparação preliminar**

A estratégia da RSE tem sido mundialmente difundida por vários organismos internacionais. Como anteriormente mencionado, a ação social empresarial não é um fenômeno novo, inicia-se a partir das idéias de mecenato, da filantropia e se desenvolve com maior intensidade no processo de industrialização. Hoje, a sofisticação do “conceito” de CSR ou RSE e sua complexidade é resultado do processo da globalização econômica e de todas as suas

implicações políticas, sociais, culturais e ideológicas referentes. Contudo, essas pressões externas para a adoção da RSE são mediatizadas por uma contingência de fatores internos de cada país. Desta forma, a adoção da RSE é fruto do sentido que o empresariado e suas instituições políticas dão a esta estratégia, perpassando, assim, pelas “idiossincrasias” das esferas institucionais de cada território nacional e/ou local.

Os movimentos da economia não são automáticos, imunes à ação humana. O modo como se implementam as instituições depende da forma como cada país traduz a realidade. A cultura é, portanto, o terreno onde as escolhas subjetivas se fortalecem ou se enfraquecem. É desta forma que podemos observar a trajetória do desenvolvimento da estratégia da RSE em Portugal e no Brasil.

A despeito das inúmeras diferenças geográficas, culturais e sociais entre Portugal e Brasil, esses países lusófonos partilham parte de suas histórias desde a colonização portuguesa do Brasil, no século XVI. Neste sentido, ambos possuem uma forte similaridade em relação a um legado histórico: a associação institucional intrínseca entre Estado e Igreja Católica. Este fato, provavelmente, contribuiu para a manutenção longa de um Estado corporativista e autoritário, que gerou instituições estatais fracas para gerir a produção do bem-estar social.

Apenas uma década, aproximadamente, distancia o Brasil do processo de redemocratização de Portugal (Portugal em 1974 e Brasil em 1982). A despeito das especificidades deste processo em ambos os países, a crise econômica dos anos 1970 acelerou a imposição de mudanças nos padrões de financiamento local através de medidas receituárias de blocos econômicos diferenciados. Enquanto Portugal passou a adotar as diretrizes da União Europeia, como país membro, o Brasil segue, em particular no campo social, como país devedor, as medidas “sugeridas” pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desta forma, apesar da concepção da ideia da RSE ser um paradigma internacional, cada país segue uma *guideline*: Portugal, a União Europeia, e o Brasil o modelo norte-americano. Por outro lado, o modelo de abertura econômica, qualificado como neoliberal, está subjacente à organização social e ao grau de intervenção de cada Estado-Nação, juntamente com o caráter das reformas político-econômicas em andamento em ambos os países.

Ao partir da premissa de que a RSE tem como objetivo minimizar os problemas sociais, em particular no cenário de recuo da centralização do Estado, é necessário, como uma avaliação prévia, apontar que não existe consenso nacional do que venha ser o principal problema social a ser atacado. Ressalto que a percepção destes problemas não se refere

apenas aos dados estatísticos informados nacional ou internacionalmente, mas, principalmente, como grupos e setores, em especial o empresariado, vivenciam e interpretam esses problemas. Reconhecer a importância da visão empresarial não significa negar a importância da correlação de forças dos demais atores sociais, nem tampouco do papel da burocracia estatal. Mas há que ressaltar que, a posição empresarial – no caso de Portugal e, mais significativamente no Brasil – tem sido estratégica em processos decisórios significativos no desenvolvimento das políticas sociais. Cada problema assume relevância social em distintos contextos, e adquirem subitamente visibilidade, no sentido que alguns desses problemas podem “ameaçar a ordem”.

Portugal é o país que apresenta a maior desigualdade na distribuição de renda e taxas mais elevadas de risco de pobreza monetária da UE (15) (Eurostat, 2005). O país está em 29º no ranking do IDH. A generalidade dos estudos aponta para taxas de risco de pobreza particularmente elevadas nos seguintes grupos: idosos; famílias monoparentais; profissões pouco qualificadas, maioritariamente no setor agrícola; e deficientes e idosos portadores de doenças crônicas. Contudo, no ranking mundial, Portugal (29º) está muito à frente de suas ex-colônias: o Brasil está em 70º, Cabo Verde em 102º, Angola em 162º, Guiné-Bissau em 175º, Timor-Leste em 150º e Moçambique em 172º.

Em relação à situação brasileira, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) mostra que o Brasil entrou pela primeira vez para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0.800 no ano de 2005. Ainda há muitas controvérsias quanto ao relatório de 2007 divulgado pelas Nações Unidas. Algumas instituições afirmam que o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil pode estar errado e que o correto seria de 0.802 a 0.808. O motivo é a não atualização de vários dados por parte da organização, relativos ao Brasil. O primeiro dado seria o *PIB per capita*, que atualizando as revisões do IBGE seria de US\$ 9.318 e o índice saltaria para algo em torno de 0.806. Mesmo assim, o Brasil continua a ser internacionalmente conhecido por ser uma das sociedades mais desiguais do planeta, onde a diferença na qualidade de vida de ricos e pobres é imensa.

Conforme entrevistas realizadas para esta investigação, o maior problema social de Portugal é o desemprego, enquanto no Brasil é a violência urbana. Desta forma, esta pesquisa tem como objetivo, também, verificar como as empresas e os empresários percebem os problemas sociais, em particular em Portugal, e quais são as intervenções sociais que estão sendo efetuadas para minimizar esses problemas, juntamente como o *modus operandi* que o aparelho do Estado vem realizando.

Em relação ao tipo de empresa que se dispõe a investir em ações sociais, estudos realizados no Brasil em 2000, pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), mostram duas variantes importantes em relação à adoção da idéia da responsabilidade social empresarial: a territorialização das indústrias e o porte das empresas. No Brasil, a região mais industrializada (Sudeste) e as empresas de grande porte (com mais de 500 empregados), portanto, as que possuem capacidade financeira, tecnológica e inovadora, são aquelas que mais adotam a idéia da responsabilidade social empresarial. Por outro lado, são essas empresas que estão mais suscetíveis aos constrangimentos de organismos internacionais, frente à globalização e à competição acirrada. Portanto, serão elas que darão o primeiro passo rumo à responsabilidade social empresarial. Como observado em Portugal, também são as empresas situadas nas regiões industrializadas e as de grande porte que estão mais conectadas com a estratégia da RSE ou do Mecenato.

Outro aspecto a ser comparado diz respeito à similitude em relação ao tom como a concepção da RSE é difundida em ambos os países. A idéia de filantropia, amor ao próximo, caridade e assistência aos necessitados é uma constante no discurso das instituições empresariais em Portugal e no Brasil. Contrário, portanto, à concepção original da visão de que a RSE é uma estratégia empresarial. Ou seja, a nova abordagem da ação empresarial de cunho social tem como objetivo ir além das doações caritativas do passado. Os organismos que difundem a estratégia empresarial da RSE tentam sensibilizar as empresas no sentido de que trabalhar em parceria e co-operação pode criar externalidades positivas à sociedade, através de alguns princípios, tais como: desigualdades sociais inibem o crescimento da empresa; ao melhorar as condições de vida da população, possibilita-se a ampliação do mercado consumidor; uma empresa socialmente responsável gera trabalhadores mais produtivos e comprometidos com a empresa e também ganha a preferência dos consumidores; desenvolver práticas de boa vizinhança pode gerar orgulho da presença da empresa na comunidade. Em suma, a estratégia da RSE consiste na concepção de que o investimento social é vantajoso à empresa, na medida em que gera uma população saudável e produtiva, o que pode ser saudável aos negócios e aos lucros.

Contudo, nem os organismos internacionais nem as empresas encontraram, ainda, uma maneira de medir essas vantagens e pressupostos. Neste sentido, há riscos econômicos que pouco têm sido discutidos. No campo deste debate, existe uma compreensão mais recente de que a RSE assenta numa perspectiva errada e sua adoção generalizada poderá vir a reduzir a prosperidade e prejudicará a economia de mercado. Temos como exemplo desta preocupação o economista David Henderson. Em seu livro *Misguided Virtue: False Notions of Corporate*

*Social Responsibility* (2001), o autor aponta que o mercado de países pobres, ao enveredar no campo da RSE, assume custos adicionais exigidos por padrões internacionais, o que acabará limitando, ainda mais, sua concorrência e piorando o desempenho global da economia como um todo. Ressalto neste sentido que, ao contrário do Brasil, Portugal está atento a esta questão. Através do Seminário Nacional sobre Responsabilidade Social das Empresas, realizado em 2002, demonstrou que sua preocupação se concentrava em entender as diretrizes da União Européia e de que forma essas diretrizes seriam adotadas, tendo em vista a fraca industrialização de Portugal, associada com o nível social e de cumprimento das normas, aquém dos países europeus mais ricos.

E pelo lado dos interesses imediatos dos cidadãos, há um importante risco político. As ações sociais ao serem promovidas pelo setor privado poderão vir a distorcer o conceito dos direitos universais derivados da cidadania, por privilegiar certas necessidades em detrimento de outras. Além disso, o aumento do poder das empresas no controle dos bens coletivos pode fragilizar, ainda mais, a responsabilidade e a solidariedade compulsória do Estado. Será neste sentido que esta pesquisa comparativa se debruçará.

Tendo em vista que, nos últimos anos, há um incentivo do próprio Estado português e brasileiro ao apoio financeiro das empresas às ações sociais, antes restrita ao poder público, aproveito para fazer uma observação, que diz respeito à avaliação que o poder público (não) vem fazendo em relação a esses investimentos sociais privados. Observa-se que o fomento e incentivo estatal para a cooperação social empresarial não tem sido desenvolvido com o mesmo grau e intensidade em relação à avaliação destes incentivos. Ou seja, o poder público não está na mesma dimensão avaliando a parceria privada como política pública. Não têm sido criados instrumentos para o planejamento, nem tampouco elaboradas análises financeiras da alocação dos incentivos fiscais subsidiados para esses investimentos.

Desta forma, o que observamos é que essas práticas sociais empresariais rumam a um processo de subjetivação de privatização do bem público, sem nenhum controle do Estado. Resta-nos perguntar: o mecenato português ou o investimento social empresarial brasileiro, através de incentivos fiscais, têm por objetivo prover o bem-estar individualmente ou fortalecer o Estado para que ele garanta a universalidade desta provisão?

Percebo que não há, no momento, meios de estancar a idéia da responsabilidade social empresarial. Ela está em franca expansão. Portanto, urge um aparato estatal preservado e a necessidade de serem implementados instrumentos de avaliação do poder público sobre a maneira como está sendo realizado o investimento social privado. Ou seja, em que medida as leis de incentivo fiscal e dos subsídios estatais estão contribuindo efetivamente no campo social?

Em suma, em Portugal, alguns fatores impulsionadores da RSE parecem ser similares à conjuntura política e econômica do Brasil. Porém, esses fenômenos contemporâneos se organizam, se combinam e se articulam de maneira específica, com pesos diferentes nos dois países. Portanto, a partir das semelhanças históricas entre Brasil e Portugal, os resultados deste estudo comparativo poderão vir a contribuir para o melhor entendimento e compreensão das particularidades de cada país na formulação de padrões de ação coletiva de solidariedade empresarial nas questões sociais contemporâneas e na sua relação com a governação do Estado, em ambos os países.

### **Referências bibliográficas**

- Bernoux, Philippe (1995), *A sociologia das empresas*. Paris/Porto: Éditions du Seuil/RÉS-Editora.
- Brasil, Presidência da República Federativa do Brasil. Secretaria de Comunicação Social (1996), *Comunidade Solidária. Todos por todos*. Programa Comunidade Solidária. Documento disponível no endereço eletrônico <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/COMUNII.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/COMUNII.HTM)>.
- Cardoso, F. Henrique (1975), *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carvalho, Lia de Aquino (1986), *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural.
- Castells, Manuel (2001), “Para o estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação”, in Wilhelm Presser Pereira; L. Sola (orgs.), *Sociedade e estado em transformação*. Brasília: ENAP / São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial de São Paulo, 73-185.
- CECOA – Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (2004), Relatório Responsabilidade Social das Empresas – Estado da Arte em Portugal, Projecto “CRS/SME – Promoting Corporate Social Responsibility in Small and Medium Size Enterprises”. Lisboa: CECOA. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.cecoa.pt/glossario/home.asp>>.
- CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no emprego) (2006), “Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família. Experiências do Prêmio Igualdade é Qualidade”, *Estudos n.º 5*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. Disponível no endereço eletrônico <<http://www.cite.gov.pt/imgs/downlds/Responsabilidade%20Social%20das%20Empresas.pdf>>.
- Compromisso Portugal (2006), “Texto Provocatório Geral: Por um país de oportunidades”, setembro. Disponível no endereço eletrônico [http://www.compromissoportugal.pt/?id\\_categoria=43](http://www.compromissoportugal.pt/?id_categoria=43)

- Comte-Spondeville, A. (2005), *O capitalismo é moral?*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- Conde, Idalina (1989), “Mecenato Cultural: arte, política e sociedade”, *Revista Sociologia: Problemas e práticas*, 7 (outubro), 107-131.
- Conselho Económico e Social (Portugal) (1997), Globalização: Documentos de suporte ao parecer “Globalização – implicações para o desenvolvimento sustentável”. Texto: “O processo de globalização: implicações para Portugal”. Texto disponível no endereço eletrônico <<http://www.ces.pt/file/doc/136>>.
- Conselho Económico e Social (Portugal) (2003), *Seminário: A Responsabilidade Social das Empresas*. Série Estudos e Documentos. Lisboa: Centro de Documentação e Informação do Conselho Económico e Social.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001), *Livro Verde da Comissão Europeia: Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*, Bruxelas: CCE. Documento disponível no endereço eletrônico <<http://eur-ex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0366:FIN:PT:PDF>>.
- Costa, Maria Alice Nunes (2002), *Samba e solidariedade. capital social e parcerias nas políticas sociais da Mangueira*. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, SENAI.
- Costa, Maria Alice Nunes (2006), *As mudanças empresariais no Brasil Contemporâneo: o investimento social privado é uma nova forma de solidariedade?* Tese de Doutorado. Instituto de Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR).
- Delgado, Ignácio Godinho (1999), “Empresários e política social no Brasil”, in Ana Kischener; Eduardo Gomes (orgs.), *Empresa, empresários e sociedade*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Diniz, Eli (2004), “Empresário, democracia e desenvolvimento: tendências e desafios no limiar do novo milénio”, trabalho apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Painel 71 (mimeografado).
- Direito, Inês Cunha (2007), “Novo Mundo da Filantropia”. Artigo disponível no portal *Ver – Valores, Ética e Responsabilidade*, <[http://www.ver.pt/conteudos/Detalhes\\_Clipping\\_Sector.aspx?Ev=472](http://www.ver.pt/conteudos/Detalhes_Clipping_Sector.aspx?Ev=472)>
- Draibe, Sônia (1994), “As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-84”, in Glaucio Soares; Maria Celina D’Araujo (orgs), *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Geremek, Bronislaw (1986), *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar.
- Gomes, Eduardo R.; Guimarães, Fabricia (2000), “Os empresários entre a tradição e a renovação: o caso do PNB”, *Revista Internacional de Estudos Políticos*. 2(1), 65-153.
- Henderson, David (2001), *Misguide Virtue: False Notions of Corporate Social Responsibility*. London: The Institute of Economic Affairs.

- Hodgson, Geoffrey M. (1994), *Economia e Instituições: manifesto por uma economia institucionalista moderna*. Oeiras: Celta Editora.
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (2001), “A Iniciativa Privada e o Espírito Público – Um Retrato da Ação Social das Empresas”. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA.
- IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (2005), “Projecto SER PME Responsável: Diagnóstico de Identificação de Práticas de Responsabilidade Social nas Pequenas e Médias Empresas”. Relatório/diagnóstico disponível no endereço eletrônico <<http://www.serpme.org/docs/diagnostico.pdf>>.
- Kirschner, Ana Maria (1998), “A Sociologia diante da globalização: possibilidades e perspectivas da Sociologia da empresa”, *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, 1, 19-30.
- Leopoldi, Maria Antonieta (1984), *Industrial Associations and Politics in Brazil: The Association of Industrialists, Economic Policy-Making and the State (1930-1961)*. Tese de Doutorado, Universidade de Oxford.
- Leopoldi, Maria Antonieta (1992), “Burocracia, empresariado e arenas decisórias estratégicas: trajetórias do neocorporativismo no Brasil (1939 a 1955)”, *Revista Ciências Sociais Hoje*, 3, 74-101.
- Lima, Antónia Pedrosa de (1999), “Sócios e Parentes: valores familiares e interesses econômicos nas grandes empresas familiares portuguesas”, *Revista Etnográfica*, 3(1), 87-112.
- Lisboa, Manuel (2002), *A indústria portuguesa e os seus dirigentes. Crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão*. Lisboa: Educa.
- Lopes, J. S. (1988), *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo e Brasília: Ed. Marco Zero e CNPq.
- Maxwell, Kenneth (2006), *O Império Derrotado. Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Mestriner, Maria Luiza (2001), *O estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez.
- Moura, Marisa (2004), “Doar é Poupar”, *Revista Exame*, Empresa & Negócios, 154, abril.
- Santos, Boaventura de Sousa (1992), *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993), “O estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”, in B. S. Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), “Sociedade-providência ou autoritarismo social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 1-8.

Santos, Boaventura de Sousa (1999), *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2005), “Beyond Neoliberal Governance: The World Social Forum as Subaltern Cosmopolitan Politics and Legality”, in B. S. Santos; César Rodríguez-Garavito (orgs.), *Law and Globalization from Below: Towards a Cosmopolitan Legality*. Cambridge: Cambridge UP.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos *et al.* (1998), *Dez anos de Mecenato em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.

Santos, Wanderley Guilherme (1994), *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.

Tolda, João (2000), “Globalização e espaços locais: Economia do conhecimento e da inovação”, in José Reis; Maria Ioannis Baganha (orgs.), *A economia em curso: contextos e mobilidades*. Porto: Edições Afrontamento.

World Bank (1992), *Governance and Development*. Washington, D.C.: The World Bank Group.

#### **Entrevistas realizadas:**

Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE), Jaime Henriques (Vice-Presidente) em 02/10/2007; e Mário Parra (Presidente) em 15/10/2007, Lisboa.

Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal) – Luís Rochartre Álvares (Secretário Geral), em 02/10/2007, Lisboa.

Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE), Sofia Gonçalves (membro do Grupo), em 16/11/2007, Lisboa.

Ministério do Trabalho e Solidariedade Social – Gabinete de Estratégia e Planeamento, João Gonçalves (Chefe de Equipa da EPSS), em 16/11/2007, Lisboa.

Responsabilidade Social das Empresas (RSE Portugal), Gonçalo Pernas (Diretor), em 16/11/2007, Lisboa.

III Encontro Rede Social de Coimbra – “Intervenção Social: novos desafios”, presença da autora nos trabalhos apresentados, em 23/11/2007, Coimbra.